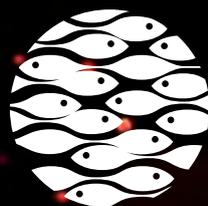


RELATÓRIO E CONTAS
OCEANÁRIO DE LISBOA

2022



Oceanário de Lisboa



OCEANO AZUL
fundação

2022



ÍNDICE

- 4 **VISÃO E MISSÃO**
- 6 **2022 MÊS A MÊS**
- 11 **2022 EM NÚMEROS**
- 11 **ENQUADRAMENTO**
- 12 **O AQUÁRIO**
- 20 **CONSERVAÇÃO E CIÊNCIA**
- 34 **EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO**
- 38 **COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO**
- 39 **RECURSOS HUMANOS**
- 41 **RESPONSABILIDADE SOCIAL**
- 42 **ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA**
- 50 **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**
- 50 **PERSPETIVAS PARA 2023**
- 51 **NOTA FINAL**
- 53 **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
- 119 **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

ACIONISTA

Fundação Oceano Azul, pessoa coletiva de direito privado, sem fins-lucrativos, que tem por objeto contribuir para a conservação e utilização sustentável do oceano.



ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Tiago Ferreira Lemos

Secretário

Nuno de Deus Pinheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

José Soares dos Santos

Vogais

João Falcato Pereira

Tiago Pitta e Cunha

Pedro Veloso

Pedro Curto Simões [até 11.mar.2022]

Vera Catarino [a partir de 31.mar.2022]

FISCAL ÚNICO

Efetivo

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
representada por Jorge Carlos Batalha Catulo

Suplente

João Carlos Henriques Gomes Ferreira

VISÃO

A conservação do oceano é uma responsabilidade de todos.

MISSÃO

Promover o conhecimento do oceano, sensibilizando os cidadãos em geral para o dever da conservação do património natural, através da alteração dos seus comportamentos.



JANEIRO

Eleito marca nº1 da escolha do consumidor na categoria de «Espaços de Lazer e Entretenimento em Lisboa»



A lontra-marinha "Micas" morreu a 27 de janeiro, com 20 anos de idade

Novos tubarões-leopardo no Habitat do Pacífico



Campanha HAPPY-WEEK com 5.755 beneficiários



2022

MÊS A MÊS

MARÇO

Resgate de cavalos-marinhos em perigo na Trafaria

Prémio de Melhor Parque Temático do «Portugal Trade Awards by Publituris @btl 2022»

Campanha com condições especiais permite a visita de 2.522 idosos

**MAIO**

Lançamento do novo programa de ecoturismo a bordo do navio histórico Santa Maria Manuela

**FEVEREIRO**

Lançamento de uma nova revista digital para professores

Um oceano para ensinar

Colaboração na recuperação de vida marinha em Tróia



Nova espécie Marinha-de-focinho-grosso no aquário das pradarias marinhas

Campanha HAPPY-HOUR com 19.563 beneficiários

ABRIL

Após dois anos de atividades suspensas, foram retomados os programas de férias presenciais no Oceanário de Lisboa



Nova campanha de comunicação promove a visita



Site do Oceanário de Lisboa ajuda a aumentar a literacia azul com novos conteúdos

JUNHO

20 eventos realizados no Oceanário de Lisboa durante a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas



Nova área de negócio propõe aos visitantes adquirirem uma fotografia como recordação da visita

Avaliação de risco de extinção de 98 espécies de enguias marinhas de profundidade, e de góbios, cabozes e blénios em workshops presenciais

OUTUBRO

Dia aberto ao professor oferece ação de formação sobre alterações climáticas



Novo programa leva as escolas à beira-mar, à descoberta da biodiversidade da zona entremarés



Novas raias-focinho-de-vaca no aquário central

**DEZEMBRO**

Livro Vermelho dos Peixes de Portugal: avaliado risco de extinção de 100 espécies de profundidade

Renovação da sala de controlo e operação dos sistemas de gestão técnica centralizada

**JULHO**

Lançamento de nova campanha de comunicação



Novo ponto de venda dos produtos do Oceanário de Lisboa no aeroporto de Lisboa

AGOSTO

Atualização de preços de bilheteira a partir de 1 de agosto

Novos tubarões-zebra no aquário central

**SETEMBRO**

Novo programa de formação para empresas dedicado à sustentabilidade



Campanha HAPPY-HOUR para visitantes até aos 25 anos regista 32.983 beneficiários

NOVEMBRO

Sucesso na recriação do ciclo reprodutivo dos corais



Vencedor do «Lugar mais notável» da Global Remarkable Venue Awards 2022

Nova espécie medusa-do-tejo na galeria do Atlântico

Campanha de oferta de bilhete de criança beneficia 27.249 visitantes

2022

EM NÚMEROS

O AQUÁRIO

VISITANTES

1 254 856 (+115% vs 2021)

O maior número de sempre de visitantes portugueses

EXPOSIÇÕES

NOVOS ANIMAIS

NOVA ÁREA DE NEGÓCIO

FOTOGRAFIA PARA OS VISITANTES

LOJA

99% PRODUTOS SUSTENTÁVEIS

ÍNDICE SATISFAÇÃO DO VISITANTE

90%

PERCEÇÃO COMO INSTITUIÇÃO DE CONSERVAÇÃO

36% (+1% vs 2021)

PRÉMIOS E DISTINÇÕES

PRÉMIO DE MELHOR PARQUE TEMÁTICO PELA PUBLITURIS

MARCA Nº1 DA ESCOLHA DO CONSUMIDOR

«LUGAR MAIS NOTÁVEL» DO MUNDO PELA TIQETS

RENDIMENTOS OPERACIONAIS

22,2 M€ (+158% vs 2021)

RESULTADO LÍQUIDO

4,5 M€ (+7,3 M€ vs 2021)

O melhor resultado financeiro de sempre

INVESTIMENTOS NO EQUIPAMENTO

0,8 M€ (+0,6 M€ vs 2021)

CONSERVAÇÃO E CIÊNCIA

CENTRO PARA A SOBREVIVÊNCIA DE ESPÉCIES

LIVRO VERMELHO DOS PEIXES MARINHOS DE PORTUGAL

AVALIAÇÃO DO RISCO DE EXTINÇÃO DAS ESPÉCIES DA COLEÇÃO

REPRODUÇÃO DE PEIXES ÓSSEOS

29 ESPÉCIES ESTUDADAS

4 NOVAS ESPÉCIES REPRODUZIDAS COM SUCESSO EM 2022

REPRODUÇÃO DE CORAIS

5 ESPÉCIES ESTUDADAS

NOVO EQUIPAMENTO PARA AS FASES DE EMBRIOGÉNESE E ASSENTAMENTO

ANIMAIS CEDIDOS A 6 AQUÁRIOS PÚBLICOS DA EUROPA

16 PROGRAMAS EUROPEUS DE REPRODUÇÃO

CONTRIBUIÇÃO PARA A CIÊNCIA

7 PARTICIPAÇÕES EM ESTUDOS CIENTÍFICOS

5 PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

12 COMUNICAÇÕES EM CONGRESSOS DA ESPECIALIDADE

2 COLABORAÇÕES EM CURSOS DE MESTRADO

CONSERVAÇÃO IN-SITU

APOIO A PROJETOS **139 MIL EUROS**

PROJETOS DE CONSERVAÇÃO EM CURSO **10**

EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

PARTICIPANTES ATIVIDADES EDUCATIVAS

76 624 [+482% vs 2021]

NOVO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CORPORATE

PORTUGAL, INDIA, BRASIL, ESPANHA, PERU, AUSTRÁLIA E NOVA ZELÂNDIA

NOVAS ATIVIDADES EDUCATIVAS DIGITAIS

30 000 VISUALIZAÇÕES E **2 000** SUBSCRITORES

VISUALIZAÇÕES DE VÍDEOS DO OCEANÁRIO

12,2 M [+572% vs 2021]



ENQUADRAMENTO

2022 foi um ano desafiante no contexto socioeconómico, surgindo questões relacionadas com o ajustamento das cadeias logísticas a nível global e novos problemas decorrentes da guerra na Ucrânia, com forte impacto nos sectores energético e alimentar a nível mundial, potenciando níveis de inflação elevados face aos registados em anos anteriores.

Apesar deste contexto de turbulência, o sector do Turismo, que tinha sido bastante afetado com a pandemia, surge reforçado, recuperando rapidamente ao longo do ano, depois de um início do ano ainda muito lento.

2022 confirmou que o Oceanário de Lisboa aproveitou os difíceis anos da pandemia para aprender novas formas e diferentes estratégias eficazes de atrair visitantes nacionais.

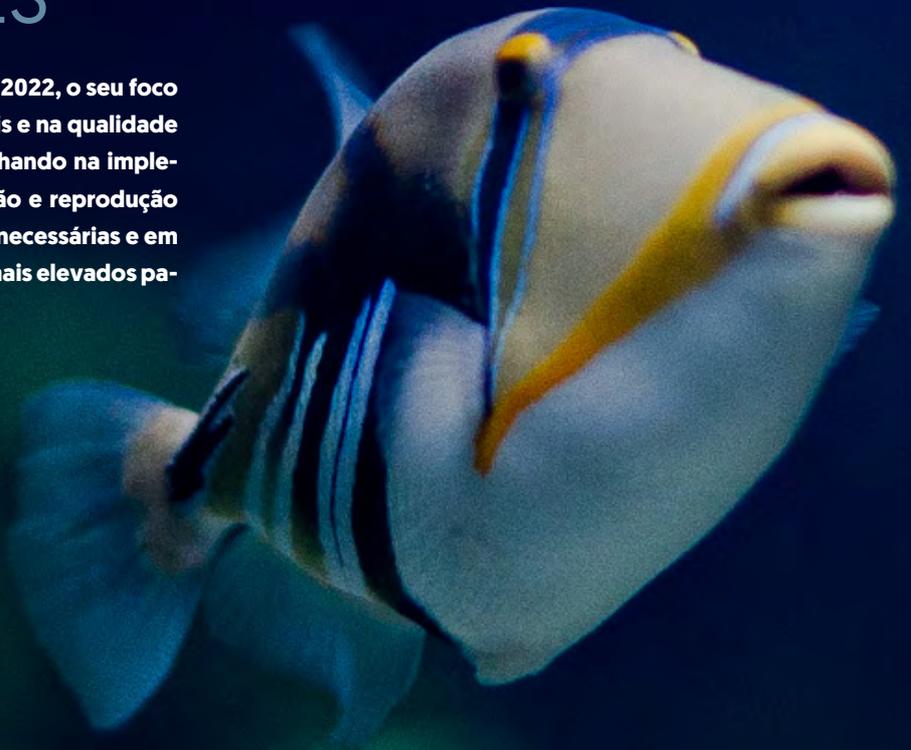
Essas estratégias foram essenciais para que 2022 fosse o melhor ano de visitantes nacionais apresentando também os melhores resultados financeiros de sempre.



O AQUÁRIO

EXPOSIÇÕES

O Oceanário de Lisboa manteve, em 2022, o seu foco na garantia do bem-estar dos animais e na qualidade da coleção e das exposições, trabalhando na implementação de técnicas de manutenção e reprodução de espécies, em melhorias estéticas necessárias e em cuidados veterinários, ao nível dos mais elevados padrões internacionais.



NOVOS ANIMAIS NA COLEÇÃO

TUBARÕES-ZEBRA (*STEGOSTOMA FASCIATUM*)

A introdução de dois Tubarões-zebra no aquário central visa reforçar a sensibilização dos visitantes para a importância da biodiversidade marinha. Estes animais nasceram no aquário de Nausicaa, em França, e foram cedidos aos Oceanário de Lisboa.

TUBARÕES-LEOPARDO (*TRIAKIS SEMIFASCIATA*)

Foram introduzidos no Habitat do Pacífico três novos Tubarões-leopardo, nascidos no aquário de Nausicaa, em França.

RAIAS-DE-FOCINHO-DE-VACA (*RHINOPTERA BONASUS*)

No aquário central foi introduzido um grupo de Raias-de-focinho-de-vaca, nascidas no aquário Sealife do Porto e no Aquário do Zoo de Roterdão e cedidas ao abrigo de programas de reprodução da Associação Europeia de Zoos e Aquários.

MARINHAS-DE-FOCINHO-GROSSO (*SYNGNATHUS TYPHLE*)

No aquário “Pradaria Marinha” na Galeria do Atlântico, foi adicionado um grupo de animais desta espécie que existe em zonas de pradaria-marinha da costa portuguesa. Foi possível a introdução destes novos animais e a cedência de outros exemplares para aquários públicos europeus, na sequência do desenvolvimento de técnicas de reprodução no Oceanário de Lisboa.

MARINHAS-DE-BANDA (*DUNCKEROCAMPUS DACTYLIOPHORUS*)

Resultantes do trabalho de reprodução realizado no Oceanário de Lisboa, foram introduzidas na coleção sete Marinhas-de-banda.

MEDUSAS-DO-TEJO (*CATOSTYLUS TAGI*)

Em 2022 foi possível finalizar o ciclo da reprodução desta espécie, trabalho iniciado desde 2019, que permitiu introduzir diversos exemplares na exposição.

LONTRA MARINHA “MICAS”

A lontra-marinha “Micas”, um dos mais carismáticos e acarinhados habitantes do Oceanário de Lisboa, morreu no dia 27 de janeiro. Nascida no Oceanário de Lisboa, a filha das icónicas lontras “Amália” e “Eusébio” tinha 20 anos de idade, e morreu num processo natural e esperado, tendo em consideração a sua avançada idade.



EQUIPAMENTOS

A permanente e criteriosa manutenção de infraestruturas e equipamentos é fundamental para assegurar a qualidade instalações, das exposições, das áreas técnicas e de trabalho e dos espaços de visitação e de utilização pelo público. Realizaram-se em 2022 um conjunto de intervenções, das quais se destacam duas renovações principais, essenciais para garantir uma melhor adequabilidade e eficiência.

NOVO SISTEMA DE DESNITRIFICAÇÃO

Em 2022, realizou-se o projeto de definição e construção de um novo sistema de desnitrificação, num trabalho conjunto que envolveu diferentes equipas e especialidades, e que resultou num contributo fundamental e relevante para a melhoria da qualidade de água dos quatro habitats e do aquário central do Oceanário de Lisboa.

RENOVAÇÃO DA SALA DE CONTROLO E OPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO TÉCNICA CENTRALIZADA

A sala do BMS – Building Management System constitui uma das mais importantes áreas técnicas no âmbito da operação e controlo dos sistemas de suporte de vida do Oceanário de Lisboa. Neste espaço, é realizada a monitorização e controlo, em tempo real, das variáveis essenciais para o correto funcionamento dos sistemas, tais como temperatura da água, caudais de filtração e nível de desinfeção da água, bem como, a gestão dos consumos de energia e água potável, através de um sistema de monitorização, capaz de detetar desvios de forma célere, potenciando uma otimização da utilização de recursos.

As obras de remodelação incluíram, não só a mudança arquitetónica e de mobiliário, mas também uma alteração significativa ao nível da iluminação, ventilação e qualidade do ar interior, tornando-a uma área renovada, modernizada e capaz de promover uma maior qualidade nas condições trabalho e capacitada para receber visitas externas.



VISITANTES

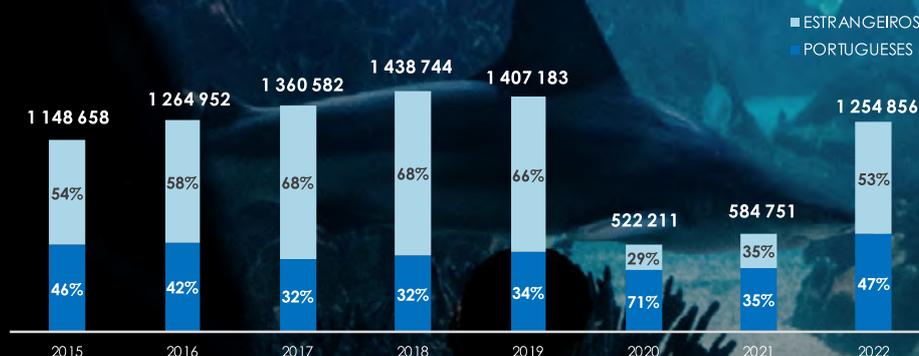
1 254 856 (+115% VS 2021)

Configurando o final da pandemia, o ano de 2022 pautou-se no Oceanário de Lisboa pelo crescimento gradual dos visitantes.

O número de visitantes de nacionalidade estrangeira foi de 667.568, representando um crescimento de 226% face a 2021, situando-se, no entanto, ainda 28% abaixo do número verificado em 2019.

O número de visitantes nacionais continuou a registar um excelente crescimento, fruto de uma estratégia comercial assente em campanhas comerciais dirigidas, com o objetivo de maximizar o seu impacto junto de diferentes públicos-alvo. O número de visitantes de nacionalidade portuguesa foi de 587.288, foi o maior de sempre na história do Oceanário de Lisboa, correspondendo a um crescimento de 60% face ao ano anterior e um aumento de 22% face a 2019.

As ações implementadas permitiram, assim, um crescimento do número total de visitantes de +115% face a 2021, no entanto, 11% abaixo do número de visitantes registado em 2019. Tal visitação permitiu gerar resultados financeiros muito positivos, registando o melhor ano de sempre a este nível.



90%

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO VISITANTE

Índice que avalia a satisfação dos visitantes sob vários aspetos, como a satisfação global da visita, a simpatia no acolhimento, o tempo de espera, a qualidade das infraestruturas e a informação disponível.

36%

PERCEÇÃO COMO INSTITUIÇÃO DE CONSERVAÇÃO

dos visitantes perceciona o Oceanário de Lisboa como uma instituição de conservação, tendo-se registado o aumento de 1% face ao ano anterior.

97%

CUMPRE A MISSÃO

dos visitantes considera que o Oceanário de Lisboa cumpre a sua missão de "Promover o conhecimento dos oceanos, sensibilizando os cidadãos em geral para o dever da conservação do património natural, através da alteração dos seus comportamentos". Este valor é o mesmo que o registado no ano anterior.

NOVA ÁREA DE NEGÓCIO | FOTOGRAFIA PARA OS VISITANTES

Iniciou-se em junho de 2022 uma nova área de negócio que disponibiliza ao visitante a possibilidade de levar para casa uma recordação personalizada, com uma fotografia da sua visita ao Oceanário de Lisboa. Esta proposta surge complementada por um guia que pretende reforçar a ligação do visitante à natureza, apresentando mais de 15 sugestões de locais para visitar e explorar o lado natural na região de Lisboa e Vale do Tejo.



99%

LOJA

PRODUTOS SUSTENTÁVEIS

A definição de critérios de sustentabilidade para as coleções e produtos da loja permitiu criar merchandising próprio de alta qualidade, assim como know-how de produção e sustentabilidade, que deu origem à criação e diversificação do portfólio sustentável, nomeadamente no que respeita a novas categorias, produtos e design, bem como ao alargamento de distribuição e conquista de novos pontos de venda e exposição, tanto no contexto nacional como internacional, que permitirá desenvolver uma maior capacidade de crescimento.

ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETEIRA

Num ano marcado por um contexto ainda de forte incerteza, o Oceanário de Lisboa teve como principal desafio ajustar a sua política comercial, sobretudo de pricing, para promover a visita.

Assim, em 2022, o Oceanário de Lisboa manteve disponíveis 4 tipologias de bilhetes, tendo fixado o preço dos bilhetes, de acordo com o preçário seguinte:

	A PARTIR DE 01.AGO.2022
0 - 2 anos	Grátis
3 - 12 anos	15 €
13 - 64 anos	22 €
+ 65 anos	17 €



CAMPANHAS COMERCIAIS

O desenvolvimento de campanhas comerciais destinadas a públicos específicos, como crianças, jovens, famílias ou avós, potenciaram a visitação, tendo registado níveis de adesão muito significativos e a expectativa de que possam criar hábitos de visitação regular ao Oceanário de Lisboa, tornando-o um ponto de visita a considerar num contexto de lazer ou de atividade familiar.



5.755
BENEFICIÁRIOS
CAMPANHA HAPPY-WEEK
COM PREÇO MÉDIO DE 11,26€ POR VISITANTE



19.653
BENEFICIÁRIOS
CAMPANHA HAPPY-HOUR
COM PREÇO MÉDIO DE 8,13€ POR VISITANTE



27.249
BENEFICIÁRIOS
CAMPANHA OFERTA BILHETE CRIANÇA
COM PREÇO MÉDIO DE 9,99€ POR VISITANTE



2.522
BENEFICIÁRIOS
CAMPANHA SENIOR
COM PREÇO MÉDIO DE 4,54€ POR VISITANTE



32.983
BENEFICIÁRIOS
CAMPANHA AGARRA A HAPPY-HOUR
COM PREÇO MÉDIO DE 7,97€ POR VISITANTE

CONFERÊNCIA DOS OCEANOS DAS NAÇÕES UNIDAS

OCEANÁRIO DE LISBOA RECEBE A PRESENÇA DE DECISORES POLITICOS, PERSONALIDADES E ESPECIALISTAS DE REFERÊNCIA INTERNACIONAL NA ÁREA DA CONSERVAÇÃO DOS OCEANOS



No Oceanário de Lisboa, realizaram-se cerca de 20 de eventos, reuniões e encontros, paralelos à Conferência, tendo em vista a partilha de conhecimentos e o debate de problemas-chave para a conservação do oceano.

O Oceanário de Lisboa teve também a honra de receber o Presidente da República Francesa, Emmanuel Macron, Olivier D'Arvor, Embaixador de França para os Temas Polares e Marinhos, Aulani Wilhelm, especialista da Casa Branca na área da conservação dos oceanos, princesa Victória da Suécia e Príncipe Alberto do Mónaco, Sylvia Earle (Mission Blue), Imani Fairweather Morrison (Oak Foundation), Monica Verbeek (Seas at Risk) e Enric Sala (National Geographic- Pristine Seas).

A receção de boas-vindas, organizada pela Fundação Oceano Azul, celebrou o início da Conferência dos Oceanos e reuniu mais de 400 convidados e parceiros, lembrando a necessidade de ação urgente em prol do oceano, através dos vários discursos do Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa; o Embaixador Peter Thomson, Enviado Especial para os Oceanos das Nações Unidas; o Ministro da Educação, João Costa; o CEO da Fundação Oceano Azul, Tiago Pitta e Cunha, bem como de Sylvia Earle.





PREMIOS, DISTINÇÕES, CERTIFICAÇÕES E ACREDITAÇÕES

PRÉMIO DE MELHOR PARQUE TEMÁTICO

O Oceanário de Lisboa recebeu o prémio de “Melhor Parque Temático” atribuído pelo «Portugal Trade Awards by Publituris @ BTL 2022», que distingue a excelência no turismo em Portugal.

MARCA Nº1 DA ESCOLHA DO CONSUMIDOR

O Oceanário de Lisboa foi reeleito pelos consumidores portugueses como “Marca nº1 na Escolha do Consumidor”, na categoria de “Espaços de Lazer e Entretenimento em Família – Lisboa”, com uma nota global de 86,61%. Os resultados desta avaliação demonstram que o Oceanário de Lisboa continua a ser a marca preferida dos consumidores na sua categoria.

«LUGAR MAIS NOTÁVEL» DO MUNDO PELA TIQETS

O Oceanário de Lisboa foi o grande vencedor na categoria de “lugar mais notável do mundo” dos Remarkable Venue Awards, os prémios que distinguem os melhores museus e atrações do mundo. A Tiqets é uma plataforma internacional de reserva e compra de bilhetes online para museus, experiências e equipamentos culturais. Em competição estiveram museus e experiências da Alemanha, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Países Baixos, Portugal e Reino Unido. A eleição foi resultado de uma votação global dos consumidores.



CERTIFICAÇÕES E ACREDITAÇÕES

O Oceanário de Lisboa assume como estratégia de desenvolvimento a manutenção de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Ambiente, certificado segundo os regulamentos internacionais, do qual resultou a manutenção das certificações e acreditações.



DECLARAÇÃO AMBIENTAL EMAS

O Oceanário de Lisboa dá a conhecer a todas as partes interessadas as suas políticas, procedimentos e práticas ambientais, constituindo um elemento essencial de comunicação dos resultados de desempenho ambiental das atividades desenvolvidas. Esta declaração é requisito obrigatório no registo do EMAS e toda a informação foi auditada e verificada pela SGS e Agência Portuguesa do Ambiente.

CONSERVAÇÃO E CIÊNCIA

CENTRO PARA A SOBREVIVÊNCIA DE ESPÉCIES

O Oceanário de Lisboa passou a integrar, desde 2021, a Rede Internacional de Centros para a Sobrevivência de Espécies (Center for Species Survival) da IUCN SSC – União Internacional para a Conservação da Natureza. Esta rede engloba 10 parques zoológicos, em 5 continentes, que desenvolvem trabalho colaborativo para a conservação.

A equipa de Species Survival Officers do Oceanário de Lisboa trabalha com a “Marine Biodiversity Unit” nas avaliações globais de risco de extinção das espécies marinhas, com um foco especial nas espécies ainda não avaliadas e presentes na coleção do Oceanário de Lisboa e iniciou, em 2021, o projeto da produção do Livro Vermelho dos Peixes Marinhos de Portugal.

LIVRO VERMELHO DOS PEIXES MARINHOS DE PORTUGAL

O Oceanário de Lisboa e a Fundação Oceano Azul, em colaboração com o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, está a desenvolver o novo «Livro Vermelho dos Peixes Marinhos de Portugal». Este projeto resultará num documento público com a melhor informação disponível relativa ao risco de extinção das cerca de 1 050 espécies de peixes marinhos que habitam as águas portuguesas.

Desde o início do trabalho de avaliação, foram já concluídas 300 pré-avaliações nacionais de peixes marinhos portugueses, que resumem a informação relativa à taxonomia, distribuição, população, habitat e ecologia, ameaças e medidas de conservação encontradas em artigos científicos e relatórios. Foram ainda realizados 5 workshops, dois remotos e três presenciais, onde 18 investigadores de 8 instituições do Continente, Açores e Madeira, avaliaram 263 dessas espécies.

WORKSHOP DE AVALIAÇÃO DE ENGUIAS MARINHAS DE PROFUNDIDADE

avaliadas 43 espécies da Ordem Anguilliformes que vivem em profundidade

WORKSHOP DE AVALIAÇÃO DE GÓBIOS, CABOZES E BLÉNIOS

avaliadas 55 espécies das Ordens Gobiiformes e Blenniiformes

WORKSHOP DE AVALIAÇÃO DE TAINHAS

avaliadas 4 espécies da Ordem Mugiliformes

WORKSHOP DE AVALIAÇÃO DE PEIXE-CRAVO E PEIXES-REMO

avaliadas 8 espécies da Ordem Lampriformes

WORKSHOP DE AVALIAÇÃO DE ESPÉCIES DE PROFUNDIDADE

avaliadas 100 espécies das Ordens Notacanthiformes



AVALIAÇÃO RISCO DE EXTINÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS

A parceria com a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), tem com objetivo contribuir para a avaliação do risco de extinção de 20.000 espécies marinhas para inclusão na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN. Um dos objetivos passa por avaliar o risco de extinção de todas espécies que se encontram presentes na coleção do Oceanário de Lisboa. Como resultado desse trabalho, até 2022, o Oceanário de Lisboa contribuiu de forma relevante para a avaliação de 69% das espécies presentes na coleção.

WORKSHOP DE AVALIAÇÃO DE ESPÉCIES DO ARQUIPÉLAGO DAS GALÁPAGOS

avaliadas 80 espécies de peixes e 24 espécies de esponjas

Participação e apoio do Oceanário de Lisboa ao workshop de avaliação de espécies endémicas e quase endémicas do arquipélago das Galápagos, organizado pela IUCN, Galápagos Conservancy e Direção do Parque Nacional das Galápagos, e conduzido pela Marine Biodiversity Unit.

CONSERVAÇÃO E CIÊNCIA

REPRODUÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS

O Oceanário de Lisboa contribui para a conservação da biodiversidade marinha, através da promoção do conhecimento sobre os processos de reprodução. A criação de uma equipa integralmente dedicada à reprodução de espécies marinhas permite um maior foco nesta atividade, aprofundando o desenvolvimento de processos, técnicas e competências, que têm vindo a gerar bons resultados, e que permite ao Oceanário de Lisboa ser pioneiro na reprodução de várias espécies.

REPRODUÇÃO DE PEIXES ÓSSEOS

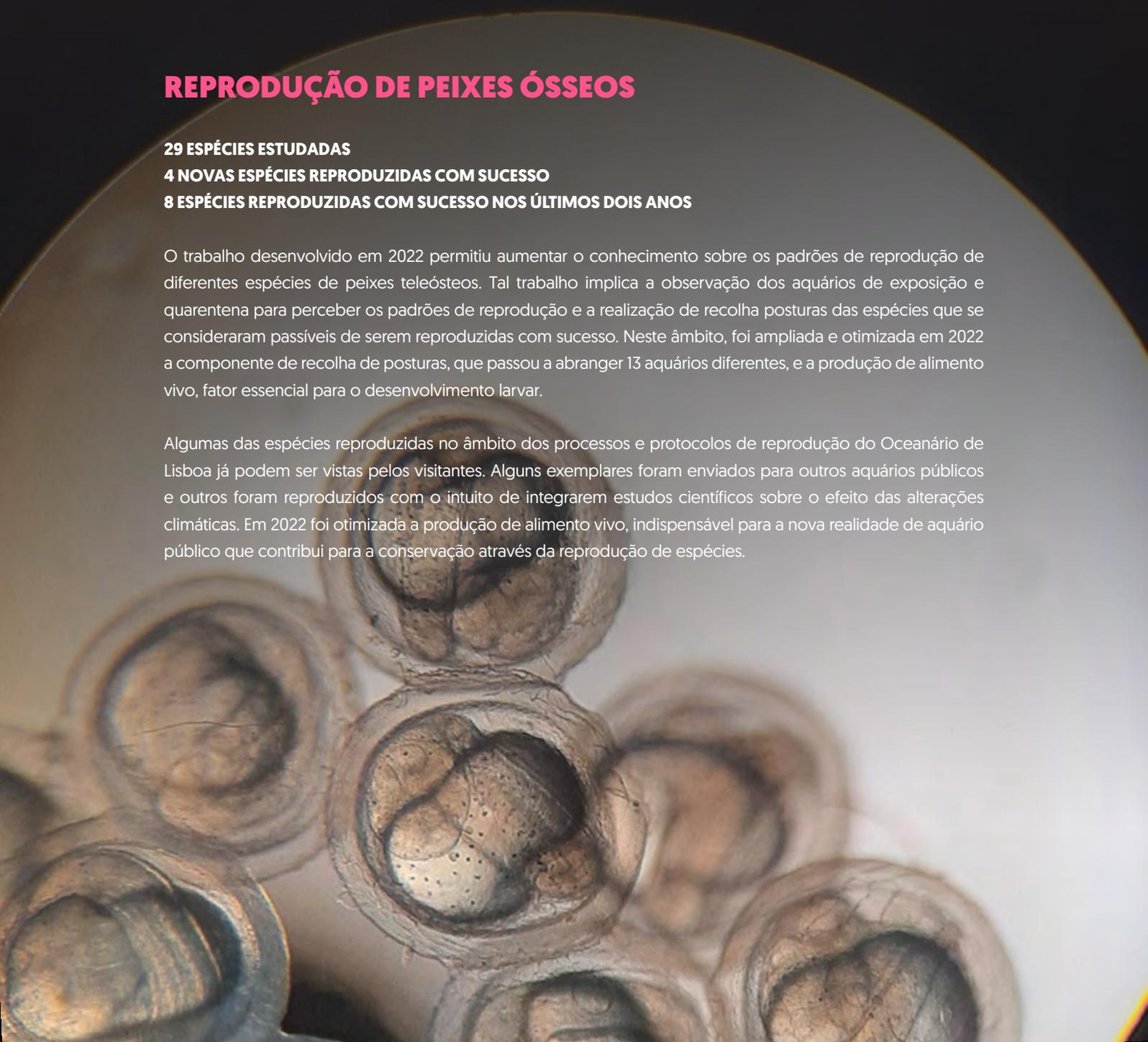
29 ESPÉCIES ESTUDADAS

4 NOVAS ESPÉCIES REPRODUZIDAS COM SUCESSO

8 ESPÉCIES REPRODUZIDAS COM SUCESSO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

O trabalho desenvolvido em 2022 permitiu aumentar o conhecimento sobre os padrões de reprodução de diferentes espécies de peixes teleósteos. Tal trabalho implica a observação dos aquários de exposição e quarentena para perceber os padrões de reprodução e a realização de recolha posturas das espécies que se consideraram passíveis de serem reproduzidas com sucesso. Neste âmbito, foi ampliada e otimizada em 2022 a componente de recolha de posturas, que passou a abranger 13 aquários diferentes, e a produção de alimento vivo, fator essencial para o desenvolvimento larvar.

Algumas das espécies reproduzidas no âmbito dos processos e protocolos de reprodução do Oceanário de Lisboa já podem ser vistas pelos visitantes. Alguns exemplares foram enviados para outros aquários públicos e outros foram reproduzidos com o intuito de integrarem estudos científicos sobre o efeito das alterações climáticas. Em 2022 foi otimizada a produção de alimento vivo, indispensável para a nova realidade de aquário público que contribui para a conservação através da reprodução de espécies.



**ESPÉCIES DE TELEÓSTEOS REPRODUZIDAS COM SUCESSO
NO OCEANÁRIO DE LISBOA NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**

ESPÉCIE	ADULTOS	LARVAS	JUVENIS
<i>Amblyglyphidodon aureus</i>			
<i>Dunckerocampus dactylionhorus</i>			
<i>Hippocampus hippocampus</i>			
<i>Lythryonus dalli</i>			
<i>Labrus bergylta</i>			
<i>Nautichthys oculo-fasciatus</i>			
<i>Syngnathus acus</i>			
<i>Syngnathus typhle</i>			

CONSERVAÇÃO E CIÊNCIA

REPRODUÇÃO DE CORAIS

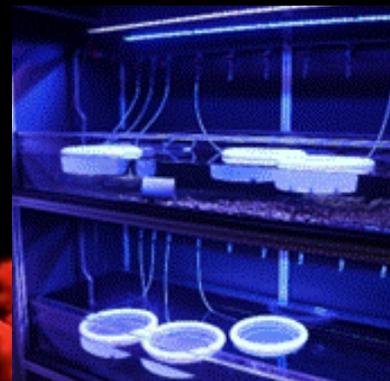
5 ESPÉCIES ESTUDADAS

Os recifes de coral estão fortemente ameaçados pelas alterações climáticas e o trabalho desenvolvido em condições controladas é um contributo importante para a conservação das espécies que formam os recifes.

O Oceanário de Lisboa iniciou em 2021 o projeto de reprodução sexuada de corais, que tem como objetivo aumentar o número de espécies para as quais é possível a indução da libertação de gâmetas, a fertilização e o assentamento das larvas em ambiente controlado. Esta é uma técnica desenvolvida recentemente e que permite o desenvolvimento de estudos científicos que anteriormente dependiam totalmente da obtenção de gâmetas dos eventos de libertação no meio natural.

REPRODUÇÃO DE CORAIS TROPICAIS

Durante 2022 foi dada continuidade ao trabalho iniciado no ano anterior e foram iniciados ensaios com uma nova espécie de corais tropicais. Os resultados obtidos nas várias fases do processo foram significativamente melhores do que os alcançados no ano anterior, tanto nas taxas de fertilização e assentamento, como nas taxas de obtenção de pólipos primários. Para tal contribuíram significativamente o conhecimento entretanto adquirido e a aquisição e utilização de um novo sistema, para as fases de embriogénese e assentamento de corais.



Acropora-de-pontas-roxas (Acropora tenuis)

Acropora-de-placa (Acropora millepora)

Coral-estrela-menor (Goniastrea palauensis)

REPRODUÇÃO DE CORAIS DA ZONA COSTEIRA PORTUGUESA

O projeto de reprodução sexuada de corais inclui também, a partir de 2022, espécies de corais temperados da costa portuguesa. Encontram-se em curso dois estudos focados em duas diferentes espécies de gorgónias, que integram e contribuem para o projeto HABMAR, em desenvolvimento pelo CCMAR – Centro Ciências do Mar da Universidade do Algarve.

Gorgónia-rosa (Eunicella verrucosa)

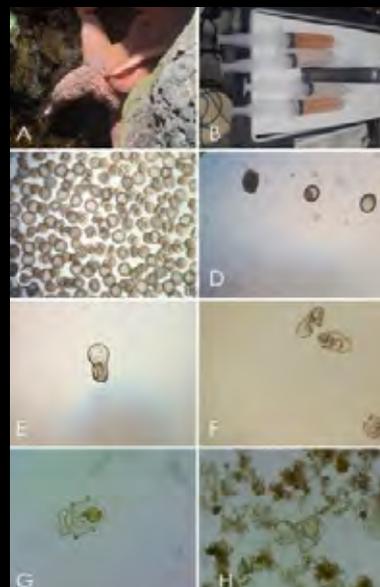
Gorgónia-de-gray (Paramuricea grayi)

REPRODUÇÃO DE OUTROS INVERTEBRADOS

REPRODUÇÃO DE ESTRELAS-DO-MAR DA COSTA DO OCEANO PACÍFICO

No litoral do oceano Pacífico começaram a aparecer, a partir de 2013, centenas de estrelas-do-mar, de espécies diferentes, com necrose, úlceras e inflamação nos tecidos. Não se conhece ainda o agente patogénico que provoca a chamada “sea-star wasting syndrome”.

Realizaram-se, pela primeira vez, diversos ensaios na reprodução da estrela-do-mar-de-espinhos-curtos [*Pisaster brevispinus*] com resultados encorajadores para o sucesso futuro no seu processo de reprodução. Desta forma poder-se-á contribuir ativamente para a conservação e aumento de conhecimento de espécies que estão a desaparecer no meio selvagem a uma velocidade preocupante.



REPRODUÇÃO DE MEDUSAS-DO-TEJO (*CATOSTYLUS TAGI*)

Desde 2019, desenvolveu-se um trabalho de investigação do ciclo de vida desta espécie e foram sendo aperfeiçoadas as técnicas da sua reprodução e manutenção, permitindo, pela primeira vez, em 2022, finalizar o ciclo da reprodução.

Este trabalho, realizado em parceria com outras instituições de investigação, permitiu a introdução de diversos exemplares na exposição e a publicação de um artigo científico: “*Catostylus tagi* life cycle and first insight into its ecology”.



CONSERVAÇÃO E CIÊNCIA

REPRODUÇÃO DE PEIXES CARTILAGÍNEOS

São várias as espécies de tubarões, raias e quimeras com as quais o Oceanário de Lisboa tem vindo a trabalhar nos últimos anos no sentido de conseguir sucesso na sua reprodução. Desde 2017, ocorreram vários nascimentos, onde se incluem:

- | Quimeras (*Hydrolagus colliei*)
- | Uge-americana (*Hypanus americanus*)
- | Uge-de-manchas-azuis (*Taeniura lymma*)
- | Ratão-águia (*Myliobatis aquila*)
- | Tubarão-gato-listrado (*Poroderma africanum*)
- | Tubarão-de-port-jackson (*Heterodontus portusjacksoni*)

PARTICIPAÇÃO EM 16 PROGRAMAS EUROPEUS DE REPRODUÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS

Os programas europeus de reprodução integram uma rede de aquários e organizações que se dedicam à reprodução e manutenção de espécies marinhas e que, num tralhado articulado de colaboração, procuram criar, aumentar e disseminar o conhecimento adquirido e os níveis de sucesso na área da reprodução. O Oceanário de Lisboa participa nos Programas Europeus de Reprodução de 16 espécies marinhas.

- | Tubarão Zebra (*Stegostoma fasciatum*)
- | Tubarão de pontas negras (*Carcharinus melanopterus*)
- | Tubarão corre-costa (*Carcharinus plumbeus*)
- | Andorinha do mar Inca (*Larosterna inca*)
- | Cavalo-marinho (*Hippocampus hippocampus*)
- | Cavalo-marinho do focinho comprido (*Hippocampus guttulatus*)
- | Tubarão cornudo (*Heterodontus francisci*)
- | Pinguim de magalhães (*Spheniscus magellanicus*)
- | Viola comum (*Rhinobatos rhinobatos*)
- | Tubarão touro (*Carcharias taurus*)
- | Quimera (*Hydrolagus colliei*)
- | Ratão-águia (*Myliobatis aquila*)
- | Ratão-bispo (*Aetomylaeus bovinus*)
- | Tubarão-leopardo (*Triakis semifasciata*)
- | Raia pontuada (*Raja brachyura*)

ANIMAIS CEDIDOS A 6 AQUÁRIOS PÚBLICOS

Em resultado do trabalho desenvolvido e no âmbito dos processos e protocolos de reprodução de espécies marinhas realizados no Oceanário de Lisboa, foi possível ceder a outros aquários públicos europeus exemplares de animais nascidos no Oceanário de Lisboa, atuação indispensável no quadro de uma nova realidade de aquários públicos, que pretendem contribuir para a conservação da biodiversidade.



CONSERVAÇÃO E CIÊNCIA

CONTRIBUIÇÃO PARA A CIÊNCIA

Uma das vertentes de contribuição do Oceanário de Lisboa para a conservação dos oceanos passa pela promoção do conhecimento científico sobre as espécies da sua coleção biológica. O trabalho que desenvolve nesta área e a partilha de conhecimento e experiência que concretiza com uma rede internacional de instituições similares permite ao Oceanário de Lisboa ser um promotor e parceiro importante no trabalho colaborativo para a conservação e para a ciência.

7 ESTUDOS CIENTÍFICOS

5 PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

12 COMUNICAÇÕES EM CONGRESSOS DA ESPECIALIDADE

2 AÇÕES DE FORMAÇÃO OFERECIDAS



PARTICIPAÇÃO EM ESTUDOS CIENTÍFICOS

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE ADAPTATIVA DE PHYLLORHIZA PUNCTATA COMO ESPÉCIE INVASORA NO OCEANO ATLÂNTICO A PARTIR DO MAR MEDITERRÂNEO

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

REPRODUÇÃO SEXUADA DE CORAIS TROPICAIS

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

IDENTIFICAÇÃO DE LARVAS E DESENVOLVIMENTO LARVAR DE TELEÓSTEOS

ISPA - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

THE DIETARY PREFERENCES OF TWO GORGONIAN SPECIES UNDER CONTROLLED CONDITIONS. COMPARISON BETWEEN THE REPRODUCTIVE CYCLE OF CORALS IN ARTIFICIAL AND NATURAL ENVIRONMENTS

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

EFEITO DO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL NO COMPORTAMENTO DE ENHYDRA LUTRIS NO OCEANÁRIO DE LISBOA

ISPA - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

ESTUDO DE TARTARUGAS QUE DESAFIA AS TEORIAS EVOLUTIVAS DO ENVELHECIMENTO

Os dados recolhidos e registados pelo Oceanário de Lisboa contribuíram para o estudo e investigação que concluiu que as tartarugas desafiam as teorias evolutivas comuns e podem reduzir a taxa de envelhecimento em resposta a melhorias nas condições ambientais. Neste novo estudo, publicado na revista Science, os investigadores utilizaram dados disponibilizados pelo Oceanário de Lisboa e por outros aquários e parques zoológicos, para estudar 52 espécies de tartarugas terrestres e marinhas.

ESTUDO SOBRE OS PADRÕES DE MUDA DA PENNA DOS PAPAGAIOS-DO-MAR

O Oceanário de Lisboa colaborou na realização de um estudo da Universidade de Cork sobre os padrões de muda da pena dos papagaios-do-mar (*Fratercula arctica*). Os investigadores testaram uma técnica de estudo, aplicando geolocalizadores em alguns animais possíveis de seguir por telemetria, para avaliação dos períodos em que as aves perdem capacidade de voo e se tornam por isso ainda mais vulneráveis.

CONSERVAÇÃO E CIÊNCIA

PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

Destacam-se em 2022 os seguintes artigos científicos produzidos pelos colaboradores do Oceanário de Lisboa:

FELASA-AALAS RECOMMENDATIONS FOR BIOSECURITY IN AN AQUATIC FACILITY, INCLUDING PREVENTION OF ZONOSIS, INTRODUCTION OF NEW FISH COLONIES, AND QUARANTINE

Mocho, J. P., Collymore, C., Farmer, S. C., Leguay, E., Murray, K. N., & Pereira, N. [2022]. *Comparative Medicine*, 72(3), 149-168.

FELASA-AALAS RECOMMENDATIONS FOR MONITORING AND REPORTING OF LABORATORY FISH DISEASES AND HEALTH STATUS, WITH AN EMPHASIS ON ZEBRAFISH (DANIO RERIO)

Mocho, J. P., Collymore, C., Farmer, S. C., Leguay, E., Murray, K. N., & Pereira, N. [2022]. *Comparative Medicine*.

“HEALTH MONITORING, DISEASE, AND CLINICAL PATHOLOGY.”

Mocho, Jean-Philippe, and Nuno Pereira. *Laboratory Fish in Biomedical Research*. Academic Press, 2022. 81-100.

ANTIBIOTIC RESISTANCE IN PUBLIC AQUARIUMS

Pereira, N. M., & David H. [2022]. In R. E. Miller, P. P. Calle, N. Lamberski [1st Ed]. *Fowler's Zoo and Wildlife Medicine Current Therapy Volume 10* [pp. 397-402]. St. Louis, Missouri: Elsevier.

DOES PREDATION EXACERBATE THE RISK OF ENDOSYMBIONT LOSS IN HEAT STRESSED HERMATYPIC CORALS? MOLECULAR CUES PROVIDE INSIGHTS INTO SPECIES-SPECIFIC HEALTH OUTCOMES IN A MULTI-STRESSOR OCEAN

Madeira C, Dias M, Ferreira A, Gouveia R, Cabral H, Diniz MS and Vinagre C [2022] *Front. Physiol.* 13:801672. doi: 10.3389/fphys.2022.801672

REALIZAÇÃO DE COMUNICAÇÕES EM CONGRESSOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

Numa estratégia colaborativa e de partilha de informação com organizações congéneres, o Oceanário de Lisboa deu continuidade à sua participação assídua e empenhada nos principais eventos e congressos nacionais e internacionais, tendo realizado um conjunto de 12 comunicações em 9 conferências e congressos, que abordam temas essenciais relacionados com a manutenção e gestão de um aquário público.



COLABORAÇÃO EM CURSOS DE MESTRADO

Em estreita colaboração com universidades portuguesas, foram dinamizadas e oferecidas pelo Oceanário de Lisboa ações de formação integradas em contexto curricular:

DOENÇAS EM ORGANISMOS AQUÁTICOS USADOS EM INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

MESTRADO EM ECOLOGIA MARINHA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIV. DE LISBOA
CADEIRA DE ESTUDOS COMPLEMENTARES EM ECOLOGIA MARINHA

MEDICINA DA CONSERVAÇÃO DE ANFÍBIOS

MESTRADO DE MEDICINA VETERINÁRIA, DA FAC. DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UNIV. LUSÓFONA
CADEIRA DE MEDICINA DA CONSERVAÇÃO

PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DE REFERÊNCIA

O Oceanário de Lisboa participa em diversos comités e associações nacionais e internacionais, contribuindo para a tomada de decisões na esfera das organizações de referência relacionadas com a gestão de aquários públicos e conservação dos oceanos.

- | EUROPEAN UNION OF AQUARIUM CURATORS (PRESIDÊNCIA)
- | EUROPEAN ASSOCIATION OF ZOO AND AQUARIA (EXECUTIVE COMMITTEE, AQUARIUM COMMITTEE, COMMUNICATION COMMITTEE)
- | JELLYFISH TAXON ADVISORY GROUP DA EAZA (COORDENAÇÃO)
- | STEERING COMMITTEE DO ELASMOBRACH TAXON ADVISORY GROUP DA EAZA (MEMBRO)
- | EAZA BIOBANK WORKING GROUP (MEMBRO)
- | EAZA RECORDS WORKING GROUP
- | EAZA GROUP MANAGEMENT INITIATIVE
- | CENSO EUROPEU DE ELASMOBRANQUIOS (COORDENAÇÃO)
- | SHARK SPECIALIST GROUP DA IUCN (MEMBRO)
- | GRUPO DE TRABALHO "ANIMAL DISPOSITIONS" DA EUROPEAN UNION OF AQUARIUM CURATORS (MEMBRO)



CONSERVAÇÃO E CIÊNCIA

CONSERVAÇÃO IN-SITU

A intervenção do Oceanário de Lisboa com vista a promover a conservação do oceano contempla a atribuição de financiamento, dirigido a projetos inéditos que possam contribuir de forma decisiva para a conservação de espécies ameaçadas e da biodiversidade marinha em geral.

139 MIL EUROS
APOIO A PROJETOS

10
PROJETOS DE
CONSERVAÇÃO EM CURSO

CONHECER OS MOVIMENTOS DAS ENGUIAS NOS AÇORES

EEL TREK

2019-2022 | Açores

PARCEIROS/ENTIDADES: Fundação Gaspar
Frutuoso

AUMENTAR O CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE O CACHALOTE NA MADEIRA

WHALE TALES

2019-2022 | Madeira

PARCEIROS/ENTIDADES: ARDITI – Associação
Regional para o Desenvolvimento da
Investigação, Tecnologia e Inovação

REALIZAR ESTUDO GENÉTICO DA LAPA DAS ILHAS SELVAGENS

2019-2022 | Ilhas Selvagens, Madeira

PARCEIROS/ENTIDADES: Universidade Lusófona
(coordenação), Museu de História Natural
do Funchal, Centro de Ciências do Mar da
Universidade do Algarve, Instituto Português de
Malacologia

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA APANHA DE BERBIGÃO

COACH

2019-2022 | Ria de Aveiro

PARCEIROS/ENTIDADES: Universidade de
Aveiro/CESAM

CRIAR CONHECIMENTO SOBRE ESPONJAS E CORAIS DE PROFUNDIDADE NA COSTA PORTUGUESA

DEEPBASELINE

2019-2022 | Portugal

PARCEIROS/ENTIDADES: CIIMAR, IPMA,
Universidade dos Açores



GARANTIR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À SOBREVIVÊNCIA DAS TARTARUGAS MARINHAS

PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE TARTARUGAS MARINHAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2012-2022 | São Tomé

PARCEIROS/ENTIDADES: Associação Programa
Tatô

AUMENTAR O CONHECIMENTO SOBRE A PRESENÇA DE MOBULAS

MANTA CATALOG AZORES

2017-2022 | Açores e Atlântico Este

CONHECER A DISTRIBUIÇÃO, ABUNDÂNCIA, COMPORTAMENTOS E MODOS DE VIDA DOS RATÕES-BISPO

FLY WITH BULL RAYS

2017-2022 | Malta e Ilhas Canárias

PARCEIROS/ENTIDADES: IMAR – Instituto do
Mar, Açores

CARACTERIZAR A UTILIZAÇÃO DAS ESPÉCIES DE ATUM NA INDÚSTRIA CONSERVEIRA PORTUGUESA

TUNAPRINT - THE TUNA BEHIND THE CAN

2019-2022 | Portugal

PARCEIROS/ENTIDADES: MARE – Centro de
Ciências do Mar e do Ambiente

AVALIAR O IMPACTO DA PESCA NA ABUNDÂNCIA E DIVERSIDADE DE TUBARÕES E RAIAS EM ANGOLA

ANGOLA ELASMO PROJECT

2021-2022 | Angola

PARCEIROS/ENTIDADES: Ludwig-Maximilians -
University of Munich

RESGATE DE CAVALOS- MARINHOS DA TRAFARIA

O Oceanário de Lisboa juntou-se se à equipa do ICNF e do MARE-ISPAA no resgate de uma população de cavalos-marinhos que ficaram em perigo após o colapso de um dos pontões da Trafaria, em Almada. O Oceanário de Lisboa ficou responsável pelo acolhimento e manutenção destes animais, O objetivo será reintroduzi-los quando as obras do pontão estiverem concluídas ou assegurar a translocação para um outro local com características adequadas, decisão a ser tomada pelo ICNF.

REMOÇÃO DE CABO E RECUPERAÇÃO DE VIDA MARINHA EM TRÓIA

Oceanário de Lisboa participou ativamente na recuperação de animais e na remoção de um cabo de 200m na praia de Soltróia, que estava a prejudicar a pradaria marinha ali existente, perdendo-se algas e plantas essenciais a este habitat.

Após esta ação organizada pela ONG Ocean Alive e após o período de quarentena, estes animais irão incorporar a exposição do Oceanário de Lisboa no aquário Pradarias Marinhas, enriquecendo, assim, a biodiversidade e permitindo comunicar ainda melhor a importância destes ecossistemas.

EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Em 2022, o Oceanário de Lisboa implementou uma nova estratégia educativa, com programas inovadores, no aquário e na natureza, que promovem uma maior e mais impactante interação com os participantes. Ao longo do ano, foi igualmente desenvolvida uma forte aposta na comunicação como ferramenta educativa e no envolvimento da comunidade em experiências e formações únicas, levando a educação azul a novos públicos.

76 624 [+482%]

PARTICIPANTES

ATIVIDADES EDUCATIVAS





Destacam-se os programas criados e desenvolvidos em 2022 e também os que foram retomados após a pandemia.

PROGRAMAS ESCOLARES DE REGRESSO AO FORMATO PRESENCIAL

24 955 PARTICIPANTES

Após dois anos de atividades presenciais suspensas, devido à pandemia de COVID-19, foram retomados os programas educativos realizados no Oceanário de Lisboa, adaptadas aos diferentes objetivos e níveis pedagógicos, tendo recebido uma grande adesão por parte dos grupos escolares.

HÁ VIDA ENTREMARÉS

Indo além dos programas educativos realizados no aquário, este novo programa, desenhado e apresentado em 2022, leva as escolas até à beira-mar, à descoberta da biodiversidade da zona entremarés. Desenvolvido em parceria com o KidsDive, pode ser realizado na praia das Avencas (Cascais), do Magoito (Sintra) ou da EMPA (Mafra).

PROGRAMAS ESPECIAIS

33 138 PARTICIPANTES

Atividades únicas no aquário, que juntam a família ou os amigos, para comemorar eventos especiais ou para contemplar a beleza da biodiversidade marinha. Assim, mobilizam-se os participantes de todas as idades para a conservação do oceano. As atividades educativas para famílias e grupos no Oceanário de Lisboa foram retomadas em 2022, destacando-se os programas «Festas de aniversário», «O mar para todas as idades» e «Visitas guiadas» que envolveram mais participantes que em 2019.

OCEAN LEADERS SCHOOL TOURS

3 894 PARTICIPANTES

Os Ocean Leaders são atletas portugueses de referência internacional em desportos aquáticos, que através das suas experiências pessoais têm a capacidade de despertar o interesse e envolver os jovens, promovendo a ligação emocional ao oceano e às espécies marinhas.

Joana Schenker, campeã mundial de bodyboard, e Frederico Morais, a competir no campeonato mundial de surf, reforçaram em 2022 a sua ação de liderança em prol do oceano, através da realização de palestras inspiradoras dirigidas às escolas, presencialmente ou em formato online.



GOLFINHOS NO TEJO

594 PARTICIPANTES

Experiência de imersão nos ecossistemas marinhos, com uma forte componente educativa, com o objetivo envolver os participantes e promover a sua ligação à biodiversidade, de forma a inspirar para uma cidadania azul. Momentos inesquecíveis de observação de golfinhos, num passeio de barco na foz do rio Tejo. Neste programa, os participantes são acompanhados por um biólogo marinho, que os leva a conhecer Lisboa de uma perspetiva diferente, nesta que é a única capital europeia onde é possível ver golfinhos em estado selvagem. A atividade é realizada em parceria com a Terra Incógnita.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CORPORATE “SEASTAINABILITY”

535 PARTICIPANTES

O Oceanário lançou um novo programa de formação para empresas. É urgente compreender que o caminho para o desenvolvimento sustentável exige uma transformação nos valores, nas atitudes e na nossa forma de pensar e agir. Através dos vários módulos deste programa - sustentabilidade, alterações climáticas e lixo marinho - e de atividades de teambuilding - limpeza de praia, observação de golfinhos, pedipaper no Oceanário de Lisboa ou workshop de economia circular, os participantes são desafiados a dar o passo que falta para uma maior sustentabilidade. Em 2022, foram realizadas ações de formação com colaboradores de vários países do mundo: Portugal, Índia, Brasil, Espanha, Peru, Austrália e Nova Zelândia.

LIMPEZAS DE PRAIA PARA EMPRESAS

No âmbito do programa de formação para empresas, foram dinamizadas diversas limpezas de praia, de Norte a Sul do país. A monitorização do lixo, associada às ações de limpeza, permite recolher informação importante, como o tipo de lixo mais encontrado, a dimensão e, por vezes, até descobrir a origem dos resíduos. Os dados recolhidos são essenciais para identificar prioridades de atuação e criar planos de prevenção.

UM OCEANO PARA ENSINAR

REVISTA DIGITAL MENSAL PARA PROFESSORES

Para continuar a contribuir para uma comunidade escolar mais consciente da importância do oceano, o Oceanário de Lisboa desenvolveu novos conteúdos gratuitos, preparados exclusivamente para professores, com atividades para realizar com os alunos e muitas curiosidades sobre o trabalho realizado no Oceanário e as espécies que fazem do aquário a sua casa. Em 2022, foram lançadas 11 edições.

UM OCEANO PARA CONHECER

NOVO ESPAÇO NO SITE

O Oceanário lançou um novo espaço no site, que dá resposta às questões mais frequentes sobre o mundo marinho. Esta nova ferramenta educativa promove a literacia do oceano e explora as diferentes dimensões do conhecimento azul, como a ciência, a história, o ambiente, a economia ou a sustentabilidade. De uma maneira fácil e rápida, os utilizadores podem saber mais sobre o oceano, contribuindo para uma sociedade mais informada sobre os assuntos do mar.

LIVESTREAM NAS REDES SOCIAIS

Para contribuir para uma comunidade mais consciente da importância do oceano, o Oceanário de Lisboa disponibiliza várias iniciativas digitais com conteúdos que promovem a literacia do oceano.

Com uma nova programação educativa nas redes sociais, todos os meses foram realizados diretos no Instagram, que mostram a exposição, os animais e o trabalho de investigação realizado. Nestes diretos, participaram diversos aquaristas, o CEO do Oceanário, investigadores e os Ocean Leaders, Joana Schenker e Frederico Morais.

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A comunicação do Oceanário de Lisboa tem como objetivo contribuir para a concretização da sua missão de promover o conhecimento dos oceanos e sensibilizar os cidadãos para o dever da conservação, fazendo chegar a todos os visitantes e ao público em geral, os importantes temas e questões relacionadas com o oceano.



1.133 NOTÍCIAS [+26%]



149 MIL FÃS [+4%]



60 MIL SEGUIDORES [+16%]



2,6 MILHÕES VISITAS WEBSITE [+142%]



**12,2 MILHÕES VISUALIZAÇÕES
DE VÍDEOS DO OCEANÁRIO** [+572%]

«UMA JANELA PARA O OCEANO»

Visando promover a experiência de visita ao aquário, ao longo de 2022 foi realizada uma campanha de comunicação institucional, através da produção de um novo conteúdo de vídeo com o convite «Visite o Oceanário e apoie a conservação de tudo o que vê para lá desta janela para o Oceano».

«FEELS LIKE HOME»

Desenvolvida para cativar diferentes nacionalidades, a campanha mostra que há um lugar único que nos lembra que existe apenas um oceano e um planeta, um lugar que nos mostra que todos viemos do mesmo sítio, um lugar que nos faz sentir em casa: o Oceanário de Lisboa.

FEELS LIKE HOME

NO MATTER WHERE YOU COME FROM, WE ALL CAME FROM
THE SAME PLACE, THE OCEAN, OUR HOME.

RECURSOS HUMANOS

Nº. MÉDIO DE COLABORADORES **70**

ANTIGUIDADE MÉDIA **10 anos**

COLABORADORES EFETIVOS **94%**

REPRESENTAÇÃO DE GÉNERO

IDADE MÉDIA **39 anos**

♂60% ♀40%

21 ESTÁGIOS CURRICULARES E PROFISSIONAIS

Em 2022, o Oceanário de Lisboa acolheu 21 estágios, sendo 43% curriculares e 57% profissionais, nas seguintes áreas: Biologia [18], Educação [1], Operações [1], Recursos Humanos [1].

FORMAÇÃO

O Plano de Formação de definido para o ano de 2022 foi consubstanciado na realização de componentes de formação interna, formação externa e de frequência de conferências e seminários, que permitiram totalizar um investimento global de 1.317 horas de formação.





OO
IDP'S
TO H
LA

RESPONSABILIDADE SOCIAL

No desenvolvimento da sua atividade, o Oceanário de Lisboa procura proporcionar as condições favoráveis para um desempenho socialmente equilibrado, procurando manter e estabelecer parcerias e protocolos tendentes à execução de políticas de condições especiais de acesso, bem como de contribuição social.

1.178 VISITAS
CRIANÇAS, ADULTOS E SENIORES

OCEANÁRIO SOLIDÁRIO OFERECE VISITAS A INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Ao longo de 2022, no âmbito da política de responsabilidade social e envolvimento e participação na comunidade, o Oceanário de Lisboa ofereceu 1.178 visitas a crianças, adultos e seniores provenientes de diversas instituições, das quais se destacam as seguintes instituições beneficiárias:

Associação Acreditar
Terra dos Sonhos
Junta Freguesia Parque das Nações
Make-a-wish
Associação dos Ucrânianos em Portugal
Fundação Infantil Ronald Macdonald
Fundação O Século
Colégio Cantinho das Alfazemas
Associação Portuguesa de Solidariedade Mãos Unidas Padre Damião

«INOVA SBE INCLUSIVE COMMUNITY FORUM»

O «Inclusive Community Forum» é uma iniciativa da Nova School of Business and Economics dedicada à vida das pessoas com deficiência que tem como objetivo promover uma comunidade mais inclusiva. O Oceanário de Lisboa faz parte do Conselho das Instituições desta iniciativa, partilhando os objetivos de construir uma rede composta por todos os que intervêm na vida destas pessoas, e desafiando-os a ter um papel ativo na cocriação de soluções.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em termos financeiros, o ano de 2022 foi muito positivo para o Oceanário de Lisboa, apresentando um crescimento do resultado líquido do exercício de 267%, quando comparado com 2021, um ano em que se registou prejuízo. Este resultado de 4.537 milhares de euros deveu-se essencialmente ao crescimento das vendas em 156% e a uma preocupação permanente com os gastos e investimentos.

É de destacar a continuidade das medidas implementadas com o objetivo de proteger a segurança dos colaboradores e visitantes, assim como o bem-estar dos animais e o cumprimento dos compromissos com o Estado Português no âmbito do contrato de concessão de serviço público.

O Oceanário de Lisboa continuou a investir em programas de conservação e de educação, demonstrando a aposta estratégica na concretização da sua missão, conforme se pode verificar através do valor do investimento feito no conjunto de projetos e iniciativas do quadro seguinte:



PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO E CONSERVAÇÃO

EDUCAÇÃO	2022	2021	2020
Atividades educativas no Oceanário de Lisboa	257 605	22 793	45 650
Atividades educativas gratuitas fora de portas	51 390	47 183	142 611
Líderes para a sustentabilidade do oceano	48 604	43 422	67 694
Vaivém Oceanário	2 366	3 761	15 814
Plasticologia Marinha	183	-	41 196
Educar para uma geração azul	-	-	2 498
Programa educacional da AMP Algarve	-	-	6 855
Programa "Planeta Oceano"	-	-	8 553
Outros	237	-	-
	308 995	69 976	188 261
CONSERVAÇÃO			
Livro Vermelho dos Peixes Marinhos de Portugal	66 965	4 000	-
Conservação de tartarugas marinhas de São Tomé	20 000	20 000	20 000
Projeto "Manta Catalog Azores"	13 000	-	-
Projeto "Elasmo Angola"	10 972	10 050	-
Projeto "Secore"	10 000	-	-
Projeto "SPEA - Pardela balear"	10 000	-	-
Projeto "Manta Experience"	8 347	39 189	-
Projeto "Fly with Bull rays"		9 968	-
Projeto "Tunaprint"		9 980	-
Projeto "Angel Shark"		-	8 992
Campanha "Salvar os cavalos-marinhos da Ria Formosa"		-	414
Fundo para a Conservação dos Oceanos (3ª Edição - 2019)			
Projeto "Coach"		-	28 388
Projeto "Deepbaseline"		-	29 850
Projeto "Slip"		-	16 763
Outros	-	-	6 293
	139 284	93 187	110 700
Outros	337 525	-	3 634
TOTAL PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO E CONSERVAÇÃO	785 805	163 163	302 595

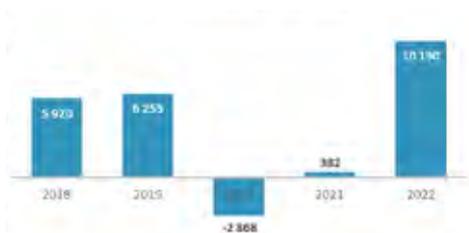
valores em euros

RESULTADOS

EBITDA

O EBITDA [Resultado Operacional antes de Depreciações e Amortizações] atingiu o montante de 10,2 milhões de euros, valor que, comparado com 2021, apresenta um aumento de 9,8 milhões de euros.

EBITDA
milhares de euros



RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado Líquido de 2022 foi de 4,5 milhões de euros, representando uma variação positiva de 7,2 milhões de euros face ao ano anterior.

RESULTADO LÍQUIDO
milhares de euros



Apresenta-se de seguida um resumo das rubricas constantes na Demonstração de Resultados e a respetiva variação face ao período homólogo:

	2022	2021	VARIAÇÃO VALOR	VARIAÇÃO %
RENDIMENTOS				
Doações e legados à exploração	38	39	-1	-2%
Vendas	1 950	844	1 106	131%
Prestações de Serviços	19 685	7 601	12 084	159%
Outros Rendimentos e Ganhos	572	126	447	355%
Juros e outros rendimentos	5	0	5	-
GASTOS				
Custo das Mercadorias Vendidas	686	337	349	104%
Fornecimentos e Serviços Externos	8 095	5 370	2 726	51%
Gastos com pessoal	3 048	2 395	653	27%
Gastos depreciação e amortização	2 882	2 869	12	0%
Perdas por Imparidade	44	0	44	-
Outros gastos e perdas	226	125	101	81%
Gastos e Perdas de Financiamento	1 225	1 032	192	19%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	6 045	-3 519	9 565	-272%

milhares de euros

RENDIMENTOS

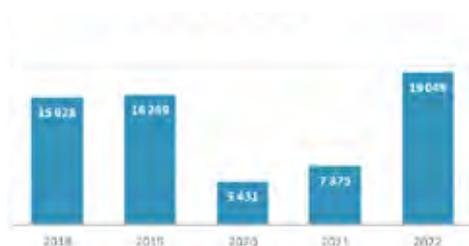
	2022	2021	VARIAÇÃO VALOR	VARIAÇÃO %
Bilheteira	19 049	7 375	11 674	158%
Loja	1 950	844	1 106	131%
Donativos	38	39	-1	-2%
Patrocínios	100	100	0	0%
Arrendamentos	300	78	222	284%
Aluguer de Espaços	47	27	21	78%
ACE	21	21	0	2%
Fotografia	128	0	128	n.a
Outras Prest. Serviços	39	0	39	n.a
Total de Prestações de Serviços	21 672	8 484	13 189	155%
Outros Rendimentos e Ganhos	572	126	447	355%
Juros e outros rendimentos	5	0	5	n.a
TOTAL DE RENDIMENTOS	22 250	8 609	13 641	158%

milhares de euros

BILHETEIRA

A receita de bilheteira registou um aumento de 11,6 milhões de euros. Para isto contribuiu uma progressiva retoma de confiança dos visitantes, nomeadamente os portugueses, campanhas promocionais e a criação de novos produtos, nomeadamente em plataformas online.

BILHETEIRA
milhares de euros



LOJA

Acompanhando o aumento do número de visitantes de 2021 para 2022, as vendas da loja aumentaram também, registando um volume de vendas de 1.950 milhares de euros, o que se traduz num crescimento de 1,1 milhão de euros face ao ano anterior.

PATROCÍNIOS

Em 2022 a receita registada é referente ao contrato de patrocínio anual com o Pingo Doce no montante de 100 milhares de euros.

ARRENDAMENTOS

Esta rubrica inclui as receitas obtidas com a exploração dos espaços de restauração do piso 1 do Edifício do Mar (restaurante Tejo) e do piso 0 do Edifício de Apoio (restaurante SeatheFuture). Esta rubrica aumentou 222 milhares de euros durante o ano de 2022.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O valor mais significativo nesta rubrica diz respeito aos ganhos obtidos com a participação financeira na empresa Telecabine Lisboa, que registou em 2022 um valor de 465 milhares de euros.



GASTOS

Durante o ano de 2022, o nível de gastos aumentou 34% em relação ao ano transato, devido à retoma total da atividade.

GASTOS	2022	2021	VARIAÇÃO VALOR	VARIAÇÃO %
Custo das Mercadorias Vendidas	686	337	349	104%
Fornecimentos e Serviços Externos	8 095	5 370	2 726	51%
Gastos com Pessoal	3 048	2 395	653	27%
Gastos Depreciação e Amortização	2 882	2 869	12	0%
Perdas por Imparidade	44	0	44	-
Outros gastos e Perdas	226	125	101	81%
Gastos e Perdas de Financiamento	1 225	1 032	192	19%
TOTAL DE GASTOS	16 205	12 128	4 076	34%

milhares de euros

INVESTIMENTOS

O Capital Expenditure (CAPEX) atingiu o montante de 738 milhares de euros, tendo registado um aumento de 336% relativamente ao ano anterior.

INVESTIMENTOS	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Engenharia	453	82	228	877	761	642	1 200
Comuns da Empresa	173	74	39	896	3 012	1 015	44
Biologia	32	10	37	50	55	41	61
Comercial	4	4	53	33	79	1	114
Exposição Temporária	0	0	387	1 089	1 099	0	0
Comunicação	0	0	0	0	0	0	0
Educação	7	0	1	25	65	36	21
Operações	0	0	1	17	4	11	32
Outros	69	0	0	0	0	0	0
TOTAL	738	169	746	2 986	5 075	1 746	1 472

milhares de euros

Resume-se no quadro seguinte os principais investimentos:

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS	2022
Iluminação e Sinalética de emergência do Edifício dos Oceanos	122
Migração dos Sistemas de Gestão Técnica Centralizada	98
Gerador de Ozono	66
Melhorias e beneficiações edifício de apoio	62
Remodelação da sala "Building Management System"	45
Vedação da cobertura dos Habitats	39
Migração do Tenant O365 do ODL para FOA	35
Substituição da caixilharia de vidro da sala de cultura	29
Migração para v10 ERP Primavera	15
Outros Investimentos	229
TOTAL	738

milhares de euros



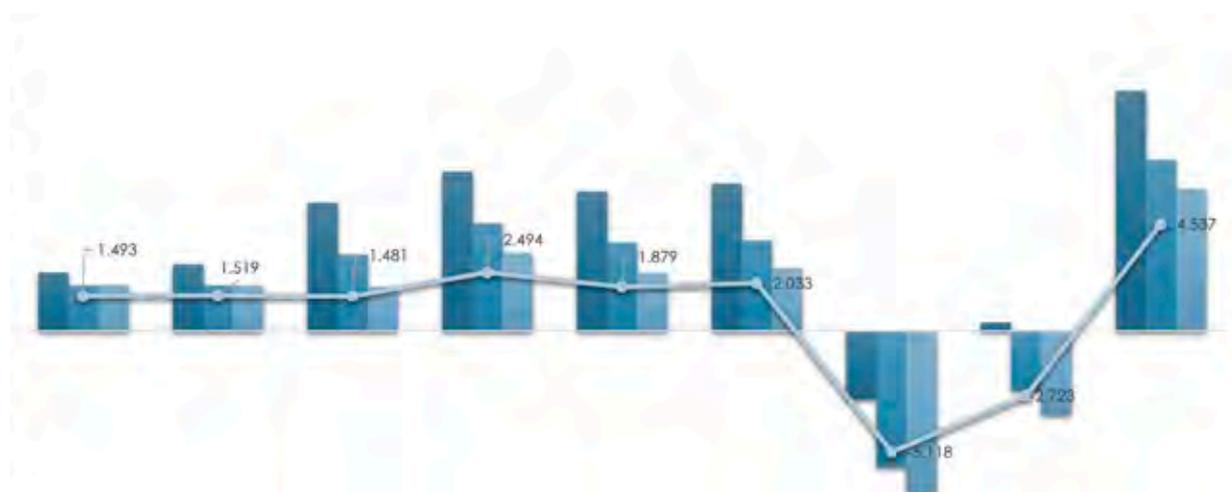
INDICADORES ECONÓMICOS

SITUAÇÃO FINANCEIRA	2022	2021	Varição %
Ativo Líquido	47 623	43 772	9%
Passivo	41 841	42 526	-2%
Capital Próprio	5 783	1 246	364%
RESULTADOS	2022	2021	Varição %
Rendimentos Operacionais	22 245	8 609	158%
Gastos Operacionais	14 980	11 096	35%
EBITDA	10 190	382	2565%
EBIT	7 265	-2 487	392%
Resultados Antes de Impostos	6 045	-3 519	272%
Resultado Líquido	4 537	-2 723	267%
Margem Operacional* [%]	34%	-29%	63%
Margem EBITDA* [%]	47%	5%	43%
CAPEX	738	169	336%
EBITDA menos CAPEX	9 452	213	4334%
INDICADORES DE ATIVIDADE	2022	2021	Varição %
Nº Visitantes*	1 254 856	584 751	115%
Bilheteira	19 049	7 375	158%
Preço médio do bilhete (€)	15,18	12,61	20%
N.º de Participantes Prog. Educação *	76 624	16 022	378%
Receita Participantes Prog. Educação	720	74	878%

(milhares de euros, exceto *)

RESULTADOS

milhares de euros



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
EBITDA	2.480	2.836	5.444	6.766	5.920	6.255	-2.868	382	10.190
EBIT	1.955	1.953	3.243	4.587	3.752	3.847	-5.739	-2.487	7.265
RAI	1.960	1.931	1.868	3.334	2.464	2.678	-6.839	-3.519	6.045
RL	1.493	1.519	1.481	2.494	1.879	2.033	-5.118	-2.723	4.537

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do exercício de 2022 ascendeu a € 4.536.685,59 [quatro milhões, quinhentos e trinta e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos].

O Conselho de Administração do Oceanário de Lisboa, S.A. propõe a transferência da totalidade do Resultado Líquido para Resultados Transitados.

PERSPETIVAS PARA 2023

2023 irá manter a conjuntura de incerteza e volatilidade que caracterizou 2022. Apesar da dificuldade de prever o impacto que este tipo de conjuntura tem nos diferentes setores e países, acreditamos que 2023 será um ano positivo para o Oceanário de Lisboa, mantendo-se a ambição de resultados financeiros robustos e consequente impacto na conservação do oceano.

NOTA FINAL

Ao encerrar o Relatório de Gestão do Exercício de 2022, o Conselho de Administração expressa o seu reconhecido agradecimento a todos os que apoiaram e ajudaram o Oceanário de Lisboa a prosseguir os seus objetivos, neste ano marcado por um contexto particularmente desafiante, nomeadamente:

Aos colaboradores do Oceanário de Lisboa pela sua dedicação, esforço e empenho;

À Sociedade Francisco Manuel dos Santos pela confiança e aposta reiterada nos valores e missão da instituição;

Ao acionista único, a Fundação Oceano Azul, pelo fortalecido empenho que representa na conservação dos oceanos;

Ao Governo Português, em particular ao Ministério da Economia e do Mar, ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática e ao Ministério das Finanças, pela confiança depositada;

Aos órgãos sociais pela colaboração e disponibilidade que sempre demonstraram;

Ao patrocinador oficial do Oceanário de Lisboa, o Pingo Doce;

Aos concessionários e fornecedores do Oceanário de Lisboa, pela continuada colaboração, sem a qual teria sido difícil atender aos desafios do ano.

E, por fim, a todos os visitantes, razão da existência do Oceanário de Lisboa.

Lisboa, 09 de março de 2023

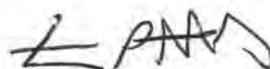
O Conselho de Administração



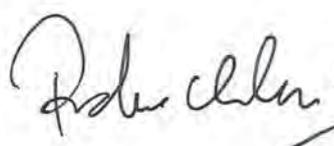
José Soares dos Santos



João Falcato Pereira



Tiago Pitta e Cunha



Pedro Veloso



Vera Catarino



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	56
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	57
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	58
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	59
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	60
1. Introdução	60
2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras	60
2.1 Bases de Preparação	60
3. Principais políticas contábilísticas	64
3.1 Partes de capital em associadas	65
3.2 Conversão cambial	65
3.3 Ativos tangíveis	66
3.4 Ativos intangíveis	67
3.5 Imparidade de ativos não financeiros	69
3.6 Inventários	70
3.7 Ativos financeiros	70
3.8 Justo valor de ativos e passivos	73
3.9 Clientes e outras contas a receber	73
3.10 Caixa e equivalentes de caixa	73
3.11 Capital social	74
3.12 Passivos financeiros	74
3.13 Compensação de instrumentos financeiros	74
3.14 Financiamentos obtidos	75
3.15 Fornecedores e outras contas a pagar	75
3.16 Custos com empréstimos obtidos	75
3.17 Imposto sobre o rendimento	75
3.18 Provisões e passivos contingentes	76
3.19 Ativos contingentes	77
3.20 Locações	77
3.21 Gastos e rendimentos	78
3.22 Rédito	78
3.23 Distribuição de dividendos	78
3.24 Eventos subsequentes	79
4 Políticas de gestão do risco financeiro	79
4.1 Fatores do risco financeiro	79
4.2 Gestão do risco de capital	83

5. Principais estimativas e julgamentos apresentados	83
5.1 Classificação do contrato de concessão	84
5.2 Obrigações contratuais assumidas	85
5.3 Classificação dos Ativos - Peixes/animais	85
5.4 Exercício de influência significativa	85
5.5 Ativos tangíveis e intangíveis	86
5.6 Imposto sobre o rendimento	86
6. Ativos tangíveis	87
7. Ativos intangíveis	88
8. Investimentos em associadas	90
9. Ativos e passivos financeiros por categoria	92
10. Justo valor de ativos e passivos	93
11. Outras contas a receber	94
12. Ativos e passivos por impostos diferidos	95
13. Inventários	97
14. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	97
15. Clientes	98
16. Imposto sobre o rendimento a receber/ a pagar	99
17. Caixa e equivalentes de caixa	99
18. Capital	100
19. Reservas legais	100
20. Financiamentos obtidos	101
21. Outras contas a pagar	102
22. Fornecedores	104
23. Doações e legados à exploração	105
24. Vendas e prestação de serviços	105
25. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	105
26. Fornecimentos e serviços externos	106
27. Gastos com o pessoal	107
28. Variações de justo valor	107
29. Outros rendimentos	107
30. Outros gastos	108
31. Gastos e rendimentos financeiros	108
32. Imposto sobre o rendimento	109
33. Compromissos	110
34. Contingências	111
35. Partes relacionadas	108
36. Eventos subsequentes	114

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	NOTA	31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
ATIVO			
Não corrente			
Ativos tangíveis	6	6.518.032,44	7.434.881,34
Ativos intangíveis	7	30.112.153,32	31.432.337,03
Direitos de Uso	7	52.671,07	2.529,04
Investimentos em associadas	8	1.070.825,97	653.877,20
Outras contas a receber	11	28.889,33	28.889,33
Impostos diferidos ativos	12	1.309.183,89	2.342.210,13
		39.091.756,02	41.894.724,07
Corrente			
Inventários	13	567.342,32	229.656,77
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	14	23.044,21	18.998,35
Clientes	15	622.379,94	333.952,99
Outras contas a receber	11	1.332.961,09	281.936,93
Caixa e equivalentes de caixa	17	5.985.893,40	1.012.591,18
		8.531.620,96	1.877.136,22
Total do Ativo		47.623.376,98	43.771.860,29
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	18	1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas legais	19	200.000,00	200.000,00
Outras reservas		-	-
Resultados transitados	19	45.974,61	2.769.161,75
Resultado líquido do exercício		4.536.685,59	(2.723.187,14)
Total Capital Próprio		5.782.660,20	1.245.974,61
PASSIVO			
Não corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos	20	9.214.471,49	9.710.498,21
Responsabilidades com locações	21	45.388,93	-
Outras contas a pagar	21	25.644.812,85	26.227.889,45
		34.904.673,27	35.938.387,66
Corrente			
Financiamentos obtidos	20	496.026,73	1.998.372,25
Fornecedores	22	1.124.688,45	1.671.289,63
Imposto sobre o rendimento a pagar	16	314.385,35	3.123,00
Responsabilidades com locações	21	10.250,92	1.858,77
Outras contas a pagar	21	4.990.692,06	2.912.854,37
		6.936.043,51	6.587.498,02
Total do Passivo		41.840.716,78	42.525.885,68
Total do Capital Próprio e Passivo		47.623.376,98	43.771.860,29

As notas das páginas 60 a 117 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Handwritten signatures of the Board of Administration members, including Veneza Lacerda.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

	NOTA	EXERCÍCIO	
		2022	2021
Doações e legados à exploração	23	38.219,00	38.974,00
Vendas e Prestações de serviços	24	21.634.167,48	8.444.526,28
Ganhos/ (Perdas) de interesses em associadas	8	464.753,93	68.604,60
Custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas	25	(685.670,79)	(336.834,35)
Fornecimentos e serviços externos	26	(8.095.449,34)	(5.369.827,76)
Gastos com o pessoal	27	(3.048.009,41)	(2.395.210,60)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(2.881.804,48)	(2.869.449,43)
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis ((perdas) reversões)	6 e 7	(43.500,00)	-
Variações de justo valor	28	(1.301,61)	295,75
Outros rendimentos	29	107.562,48	56.756,64
Outros gastos	30	(224.330,42)	(124.933,79)
Resultado operacional		7.264.636,84	(2.487.098,66)
Gastos financeiros	31	(1.224.554,16)	(1.032.074,65)
Rendimentos financeiros	31	5.322,62	-
Resultados antes de impostos		6.045.405,30	(3.519.173,31)
Imposto sobre o rendimento	32	(1.508.719,71)	795.986,17
Resultado das operações continuadas		4.536.685,59	(2.723.187,14)
Operações descontinuadas			
Resultado das operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		4.536.685,59	(2.723.187,14)

As notas das páginas 60 a 117 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





 Jena Antonino
 Z FMS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

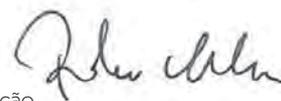
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
A 1 DE JANEIRO 2021	1.000.000,00	200.000,00	7.887.034,63	(5.117.872,88)	3.969.161,75
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(2.723.187,14)	(2.723.187,14)
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	-	-	(5.117.872,88)	5.117.872,88	-
A 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1.000.000,00	200.000,00	2.769.161,75	(2.723.187,14)	1.245.974,61
Resultado líquido do exercício	-	-	-	4.536.685,59	4.536.685,59
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	-	-	(2.723.187,14)	2.723.187,14	-
A 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1.000.000,00	200.000,00	45.974,61	4.536.685,59	5.782.660,20

As notas das páginas 60 a 117 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


Wena Santana
Z PMS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

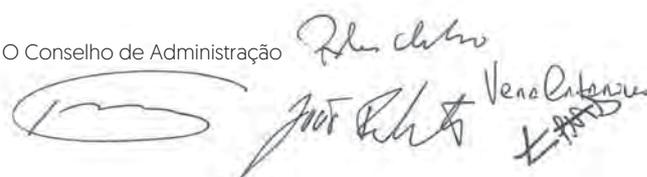
	NOTA	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		23.478.184,21	9.459.794,15
Pagamentos a fornecedores		(10.731.947,09)	(7.138.893,57)
Pagamentos ao pessoal		(1.601.621,26)	(1.475.766,72)
Caixa gerada pelas operações		11.144.615,86	845.133,86
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(134.265,96)	45.321,69
Outros recebimentos/ pagamentos		(1.317.216,24)	(548.127,11)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		9.693.133,66	342.328,44
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos tangíveis		(328.972,89)	(147.709,72)
Ativos intangíveis		(1.453.754,16)	(1.412.420,61)
Empréstimos concedidos		(750.000,00)	-
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos		47.805,16	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(2.484.921,89)	(1.560.130,33)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	20	-	3.000.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	20	(2.003.125,00)	(1.250.000,00)
Juros e gastos e similares		(231.784,55)	(137.486,79)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(2.234.909,55)	1.612.513,21
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
Caixa e seus equivalentes no início do período	17	1.012.591,18	617.879,86
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17	5.985.893,40	1.012.591,18

As notas das páginas 60 a 117 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INTRODUÇÃO

A Oceanário de Lisboa, S.A. [também referida neste documento como “Oceanário de Lisboa”, “Entidade” ou “Empresa”], com sede na Esplanada D. Carlos I, 1990-005, Lisboa, foi constituída em 21 de setembro de 1994 com o objeto principal de criação, manutenção e exploração de um complexo de aquários oceânicos e na realização de conferências, estudos e atividades de Investigação e Desenvolvimento no domínio da Biologia Marinha e Ciências do Mar. Faz ainda parte do objeto da Entidade, o desenvolvimento do setor educacional através da promoção de cursos e ações específicas de formação, bem como quaisquer outras atividades conexas ou afins.

A Empresa é detida pela Fundação Oceano Azul, com quem partilha a missão de promover o conhecimento do oceano, sensibilizando para a sua conservação através da alteração de comportamentos.

A atividade principal da Empresa é desenvolvida no âmbito de um contrato de concessão de serviço público de exploração e administração da “Oceanário de Lisboa” [ver condições na Nota 3.4] iniciado em 9 de junho de 2015 por um período de 30 anos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 9 de março de 2022. É da opinião o Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Os acionistas da Entidade têm a capacidade de alterar este conjunto de demonstrações financeiras, após a autorização para emissão pelo Conselho de Administração.

As demonstrações financeiras da Entidade e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram preparadas pela Entidade de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia (“IFRS”), emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 1 de janeiro de 2022.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, tendo a Entidade seguido a convenção do custo

histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor ativos financeiros ao justo valor por resultados.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 5.

Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2022:

a) IFRS 16 (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021'. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos de locação variáveis, e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

b) IAS 16 (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento'. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

c) IAS 37 (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato'. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de

depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada ainda incluem obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

d) IFRS 3 [alteração] 'Referências à Estrutura conceptual'. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar, relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospectiva. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

e) Melhorias às normas 2018 – 2020. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia já endossou:

a) IAS 1 [alteração], 'Divulgação de políticas contabilísticas' [a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023]. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. Não se perspetiva qualquer impacto nas demonstrações financeiras da entidade com a alteração desta norma.

b) IAS 8 [alteração], 'Divulgação de estimativas contabilísticas' [a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023]. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. A entidade ainda está a apurar o impacto que esta norma possa ter, mas não se perspetivam impactos significativos.

c) IFRS 17 [nova e alteração], 'Contratos de seguro' [a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023]. Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emittentes de contratos de

seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou “General measurement model” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou “Variable fee approach” (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. Não existirá qualquer impacto nas demonstrações financeiras da entidade com a introdução desta norma.

d) IFRS 17 (alteração), ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa’ (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: [i] a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; [ii] a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e [iii] a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. Não existirá qualquer impacto nas demonstrações financeiras da entidade com a alteração desta norma.

e) IAS 12 (alteração), ‘Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como

parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. A Entidade ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter, no entanto não se perspetiva impactos significativos.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia ainda não endossou:

a) IAS 1 (alteração), 'Passivos não correntes com "covenants"' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A entidade ainda está a apurar os impactos que a alteração desta norma possa ter.

b) IFRS 16 (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Não se perspetiva qualquer impacto nas demonstrações financeiras da entidade com a alteração desta norma.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 PARTES DE CAPITAL EM ASSOCIADAS

Associadas são todas as entidades sobre as quais a Empresa exerce influência significativa. A Entidade exerce influência significativa quando tem o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem, todavia, exercer um controlo ou um controlo conjunto dessa política.

O excesso do custo de aquisição relativamente à quota-parte do justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro nas associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos e passivos destas entidades adquiridas, a diferença é reconhecida como um ganho diretamente na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

Nas demonstrações financeiras os investimentos em associadas são mensurados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Os investimentos nestas entidades são inicialmente mensurados ao custo nas demonstrações financeiras, sendo o seu valor contabilístico posteriormente aumentado ou reduzido, através do reconhecimento da quota-parte da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos nos resultados e rendimento integral, desde a data em que a influência significativa se inicia, até à data em que efetivamente termina.

Os dividendos atribuídos pelas associadas são reduzidos ao valor dos investimentos, na demonstração da posição financeira. Quando a quota-parte das perdas destas Entidades excede o valor do investimento nas Associadas, a Empresa reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

3.2 CONVERSÃO CAMBIAL

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a Empresa opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras da Entidade e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

COTAÇÕES DE MOEDA ESTRANGEIRA				
MOEDA	CÂMBIO MÉDIO		CÂMBIO FINAL DO PERÍODO	
	2022	2021	31 DEZ 22	31 DEZ 21
USD	1,0530	1,1827	1,0700	1,1326
GBP	0,8528	0,8596	0,8900	0,8403
JPY	138,0300	129,8800	140,6600	130,3800
ZAR	17,2086	17,4766	18,1000	18,0625
HUF	391,2900	358,5200	400,8700	369,1900

3.3 ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui: (a) o “custo considerado” determinado à data de transição para IFRS e (b) o custo de aquisição dos ativos adquiridos ou construídos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com financiamentos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	ANOS
Edifícios e outras construções	Entre 2.5 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 2.5 a 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 a 5 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 8 anos
Outras ativos fixos tangíveis	Entre 3 a 10 anos

Porque no final da concessão a Empresa tem direito a uma “indenização pelo valor contabilístico, descontados os subsídios, dos bens [...] criados, construídos, adquiridos ou instalados no cumprimento do contrato”, as vidas úteis atribuídas pelo Conselho de Administração não estão condicionadas ao prazo de 30 anos do contrato de concessão.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de vender, e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

3.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando adquiridos separadamente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende:

I) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; **II)** qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Após a contabilização inicial, a Empresa mensura os seus ativos intangíveis de acordo com o modelo do custo.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para a Empresa.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incorridos.

A Entidade tem registados como ativos intangíveis:

I) Programas de computador – referem-se aos valores despendidos na aquisição de direitos sobre aplicações informáticas e dos custos de parametrização incorridos, para apoio à atividade desenvolvida. São também capitalizados como ativo intangível os upgrades efetuados às aplicações ou a introdução de novas funcionalidades.

As licenças de utilização e manutenção são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, pró-rata do período a que se referem.

II) Direitos de concessão – respeita ao custo de aquisição do direito de exploração do Oceanário de Lisboa, conforme contrato de concessão assinado com o Estado Português.

As principais condições contratuais do contrato de concessão são como segue:

| O contrato de concessão de serviço público vigora por um prazo de 30 anos, e define que o estabelecimento da concessão é composto por bens móveis, imóveis, intangíveis e “ativos biológicos”;

| É obrigação da concessionária “a realização de todas as obras de reparação e de conservação decorrentes da normal utilização dos bens afetos à Concessão, devendo assegurar a permanência destes bens em boas condições de exploração”;

| A realização de todos os investimentos de substituição dos bens afetos à concessão que sejam necessários ou convenientes de acordo com a vida útil destes mesmos bens, as boas práticas e o cumprimento dos padrões de desempenho, de qualidade e de segurança exigidos nos termos do contrato de concessão;

| As receitas da concessão são as receitas de bilheteira, receitas no âmbito das atividades comerciais relacionadas com a atividade de exploração do Oceanário e a comparticipação em taxas e juros de capitais e de aplicações de financeiras;

| Os preços dos bilhetes “são livremente fixados pela Concessionária, sem prejuízo das obrigações de serviço público e de execução da política de responsabilidade social”;

| Pela atribuição da concessão, a concessionária compromete-se a pagar uma contrapartida financeira, nos termos da cláusula 26º, composta por: i) “uma componente de pagamento inicial, no montante de 10 milhões”; ii) uma componente anual composta por uma parte fixa de 1.3 milhões de euros, atualizada de acordo com o Índice do Preço Consumidor (“IPC”) a pagar em 12 prestações iguais; e iii) uma “componente variável de 5% sobre as receitas da Concessão”.

A Empresa determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, tendo definidas a esta data as seguintes vidas úteis:

	ANOS
Programas computador	Entre 3 a 10 anos
Direitos de concessão	30 anos
Outros ativos intangíveis	entre 2 a 30 anos

3.5 IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos não financeiros, tais como os ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida são sujeitos a testes de imparidade, quando e somente quando a ocorrência de certos eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contabilístico dos ativos possa não ser recuperável.

Quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico dos ativos, é registada a respetiva imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do ativo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

O cálculo do justo valor menos o custo de venda pode basear-se: i) no preço de venda acordado contratualmente numa transação entre terceiros não relacionados, deduzindo os custos de venda; ii) o preço de mercado se o ativo for negociado num mercado ativo; ou iii) o justo valor calculado como uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que qualquer agente de mercado esperaria obter do ativo.

No cálculo do valor em uso, aplica-se a metodologia dos fluxos de caixa descontados, e inclui os seguintes elementos:

- a)** Uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do ativo;
- b)** As expectativas de flutuações dos valores e tempestividade destes fluxos de caixa;
- c)** O efeito temporal do dinheiro, mensurado pela aplicação da taxa de desconto antes de impostos, derivada da WACC; e
- d)** Outros fatores que devem ser considerados nesta análise, tais como a falta de liquidez que os participantes do mercado, possam refletir nos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do ativo.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, são avaliados a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou à sua reversão, a depreciação/amortização dos respetivos ativos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

3.6 INVENTÁRIOS

Os inventários incluem as mercadorias para venda na loja da Empresa e são inicialmente mensurados pelo preço de compra adicionado das despesas diretamente relacionadas com a aquisição.

Os valores de inventário devem ser reduzidos para o seu valor realizável líquido, através do reconhecimento de perdas por imparidade, sempre que a diferença entre o valor realizável líquido e o custo seja negativa. A imparidade em inventários deve ser revista a cada data de relato.

O custo é determinado através do método do custo médio ponderado, e é reconhecido quando o inventário é consumido, por contrapartida de “Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas”. O inventário é também desreconhecido quando é considerado obsoleto pela Empresa. Neste caso, o seu valor contabilístico é desreconhecido por contrapartida de “Outros gastos”.

3.7 ATIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com o objetivo da sua aquisição.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

I) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

II) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida [obrigação contratual de entregar fluxos de caixa] ou instrumentos de capital próprio [interesse residual numa entidade];

a) Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

b) Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais não é exercido controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Entidade opta, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

III) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Entidade se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Os ativos financeiros ao justo valor são mensurados inicialmente, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em Juros obtidos, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida, são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

A Entidade avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber de “Clientes” (Nota 15) e “Outras contas a receber” (Nota 11) e ativos de contratos com clientes, a Entidade aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de incumprimentos históricos para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas sempre que adequado.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível; ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, é aplicado a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito é calculado uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, é calculada uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Relativamente aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida, na data do desreconhecimento os ganhos/(perdas) reconhecidos em capital/outros rendimentos integrais anteriormente são reclassificados das correspondentes rúbricas do capital próprio para resultados exercício.

3.8 JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, a abordagem deve ser baseada numa transação hipotética que seja realizada no mercado mais ativo deste ativo ou passivo, ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso (ou seja, o mercado que maximiza o valor que a Empresa receberia ao vender o ativo ou minimizar o valor que seria pago para transferir a responsabilidade dentro desse mercado, depois de considerar os

custos de transação e custos de transporte, se aplicáveis). Isto corresponde ao Nível 1 da hierarquia de valor justo, desde que os preços de mercado utilizados não sejam ajustados.

Ativos e passivos classificados no Nível 2 da hierarquia de justo valor não têm mercados ativos - esses itens são mensurados através de uma metodologia baseada em inputs, diferentes dos preços cotados observáveis de Nível 1 (ex: taxas de juro, taxas de câmbio, etc.), habitualmente utilizados no mercado.

A Empresa também pode ter ativos e / ou passivos que são classificados no Nível 3 da hierarquia do justo valor. Este nível de justo valor é caracterizado pela ausência de dados de mercado observáveis – como tal, a Empresa aplica metodologias com base na melhor informação disponível, dadas as circunstâncias particulares de cada ativo e passivo, que pode incluir dados internos, como pressupostos e estimativas.

3.9 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade da Empresa. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer 12 meses, após a data de relato.

As rubricas de “Clientes” e “Outras contas a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de imparidade. As perdas por imparidade dos Clientes e Outras contas a receber são registadas de acordo com os princípios descritos na Nota de Ativos financeiros. As perdas por imparidade identificadas são registadas na rubrica de demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em “Imparidade de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados. Os empréstimos a acionistas e partes relacionadas por via de acionistas encontram-se valorizados ao custo amortizado menos imparidade.

3.10 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, que podem ser imediatamente convertidos em caixa, estando sujeitos a um risco insignificante de variação de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica “Empréstimos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.11 CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante resultante da emissão.

As ações próprias adquiridas através de contrato ou diretamente no mercado são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria. As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

3.12 PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- a) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- b) Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os “Financiamentos obtidos” (Nota 20), “Fornecedores” (Nota 22) e “Outras contas a pagar” (Nota 21). Os passivos classificados como “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são mensurados inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

3.13 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira, apenas quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de default, insolvência ou falência da Entidade.

3.14 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Entidade possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.15 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Esta rubrica inclui geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a Empresa adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, a rubrica de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” é mensurada pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

3.16 CUSTOS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Juros e outros custos incorridos pela Empresa, relacionados com empréstimos para apoiar as atividades da Empresa, sejam eles gerais ou específicos, diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis (ativos que normalmente levam um período substancial de tempo para ficarem prontos para uso ou venda) são adicionados ao custo desses ativos, até que estejam prontos para uso ou venda.

Os rendimentos de juros obtidos a partir de investimentos temporários de empréstimos específicos, que ainda não tenham sido aplicados para pagar a fornecedores de ativos qualificáveis, são deduzidos dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização.

Exceto quanto à capitalização em ativos qualificáveis, todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados, nos períodos em que são incorridos.

3.17 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da mensuração ao justo valor de ativos ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

IMPOSTO CORRENTE

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O imposto é reconhecido em cada período de relato financeiro baseado em estimativas da gestão sobre a taxa média anual de impos-

to efetiva prevista para a totalidade do exercício fiscal. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contábilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em exercícios posteriores.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida de Derrama Municipal, até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável. Adicionalmente, a Entidade encontra-se sujeita a Derrama Estadual, quando os lucros tributáveis excedam os 1.500.000 euros, com a seguinte incidência:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 euros.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresarias, e que à data da transação não afetem o resultado contábilístico ou fiscal.

3.18 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência [ou não ocorrência] de determinado evento futuro, a Entidade divulga tal facto como um passivo contingente, conforme Nota 34, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

PROCESSOS JUDICIAIS

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo a Empresa a Entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Gestão, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

CONTRATOS ONEROSOS

A Empresa reconhece uma provisão para contratos onerosos, quando tem a obrigação contratual de fornecer um produto ou serviço, para os quais o custo de satisfazer a obrigação assumida excede os benefícios económicos estimados a receber. A provisão é mensurada pelo menor entre os custos de cumprimento do contrato, e quaisquer penalidades ou compensações que a Empresa tenha que pagar, pelo não cumprimento do contrato.

3.19 ATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes são “possíveis” ativos gerados por eventos passados, cuja existência deriva da confirmação da ocorrência futura de um ou mais eventos incertos, sobre os quais a Empresa não tem controlo. Estes ativos não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, mas são divulgados nas notas anexas, quando a sua ocorrência é provável.

3.20 LOCAÇÕES

A IFRS 16 eliminou a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme era previsto na IAS 17. Ao invés, introduziu um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento que era dado às locações financeiras nas contas dos locatários. Este modelo único estabelece, para o locatário, o reconhecimento de:

- I) ativos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os ativos de reduzido valor são excluídos, independentemente do termo da locação) no Balanço; e
- II) depreciação dos ativos locados e juros separadamente na Demonstração dos Resultados. A Empresa adotou esta nova norma a partir de 1 de janeiro de 2019, tendo aplicado o método retrospectivo modificado, pelo que não reexpressou as contas comparativas do ano de 2018, não se tendo verificado qualquer impacto nos capitais próprios no momento da transição. As locações dizem respeito principalmente a contratos de locações de viaturas. No que respeita aos compromissos anteriores com locações operacionais, na transição, a Empresa reconheceu em 1 de janeiro de 2019, no seu Balanço, direitos de uso e responsabilidades por locação. Na mensuração das responsabilidades por locação, a Empresa descontou os pagamentos das locações usando a taxa de 4,22% associada aos respetivos contratos de locação.

3.21 GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.22 RÉDITO

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de bilhetes de ingresso para as exposições da Empresa, das mercadorias na loja da Empresa e de outras prestações de serviços no decurso normal da atividade da Empresa, tais como alugueres de espaços, arrendamentos/concessões, entre outros. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é registado quando: i) parte substancial dos riscos e benefícios das mercadorias tenham sido transferidos para o comprador; ii) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e iii) é provável que benefícios económicos fluam para a Empresa.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido na data da prestação de um serviço único, específico ou de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato, quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O Rédito da Empresa corresponde, maioritariamente, à bilheteira obtida das entradas de visitantes no Oceanário e nas exposições temáticas e às rendas obtidas pela cedência do espaço de loja e restauração no edifício de apoio ao Oceanário. O Rédito da bilheteira é reconhecido na data em que se realiza a visita e o rédito da cedência do espaço é reconhecido ao longo do período de contrato.

3.23 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos aos acionistas da Empresa é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

Na distribuição de dividendos a Empresa tem em consideração as disposições previstas no Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente i) impossibilidade de distribuir lucros do exercício que sejam necessários para cobrir prejuízos transitados ou para formar ou reconstituir reservas impostas pela lei ou pelo contrato de sociedade; ii) impossibilidade de distribuição de reservas cuja constituição seja obrigatória ao abrigo do contrato de sociedade, lei ou contrato de concessão; iii) impossibilidade de distribuir os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, exceto quando os elementos ou direitos que lhes deram origem

sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou, também quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

3.24 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes referem-se ao tratamento contabilístico a ser dado a eventos ocorridos após a data de relato, e antes da data de emissão das demonstrações financeiras.

Eventos que ocorreram após a data de relato, e antes da emissão das demonstrações financeiras, que fornecem informações adicionais, ou confirmam situações pendentes na data de relato são ajustados neste conjunto de demonstrações financeiras.

Eventos que ocorreram após a data de relato e antes da emissão destas demonstrações financeiras, que não estão relacionadas com situações que existiam à data de relato, não dão origem a ajustamentos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados, se considerados materiais.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Entidade são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 FATORES DO RISCO FINANCEIRO

As atividades da Empresa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco da Empresa é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os

principais princípios de gestão de risco globais, e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e as políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

I) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional da Entidade é desenvolvida essencialmente em Portugal e conseqüentemente a grande maioria das suas transações são efetuadas na moeda do país, o Euro, o que reduz substancialmente o risco de câmbio.

II) Risco de crédito

O risco de crédito da Entidade resulta essencialmente i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e ii) do risco de recuperação dos créditos de entidades terceiras. Estando modelo de negócio da Empresa assente no recebimento dos bilhetes no ato da venda, a Entidade tem alguns saldos a cobrar de operadores/ intermediários que incluem no seu pacote de oferta a clientes, bilhetes para visitar o Oceanário e exposições temáticas. O acompanhamento do risco de crédito é efetuado através da avaliação de risco efetuada antes da aplicação e pela sua evolução.

A qualidade de crédito das instituições financeiras, quanto aos depósitos bancários da Empresa, classificados como “Caixa e Equivalentes de Caixa” e “Outros ativos financeiros”, é a seguinte:

	31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
DEPÓSITOS BANCÁRIOS		
AA+	-	-
AA-	-	-
A+	5.947.043,39	980.741,21
A	-	-
A-	-	-
Outros sem rating	38.850,01	31.849,97
Depósitos bancários (caixa e equivalentes)	5.985.893,40	1.012.591,18

	31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS		
AA-	-	-
AA+	-	-
A+	-	-
A	-	-
A-	-	-
Outros sem rating	1.984.230,36	644.779,25
Outros ativos financeiros	1.984.230,36	644.779,25

[Fonte: Standard & Poor's]

Regra geral os clientes e outras contas a receber da Empresa não têm rating de crédito atribuído.

III) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas pelo departamento financeiro da Empresa. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas por linhas de crédito contratadas, e que durante os últimos 2 anos foram utilizadas.

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como por exemplo os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso da dívida.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Empresa por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual, à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são cash-flows contratuais não descontados incluindo os juros vencidos:

	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
31 DEZEMBRO 2022			
Financiamentos obtidos:			
- empréstimos bancários	656.921,45	4.257.545,65	5.680.122,93
- descobertos bancários	-	-	-
- outros financiamentos	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	6.968.083,48	6.413.909,52	32.301.432,96
	7.625.004,93	14.296.808,97	33.437.015,93
31 DEZEMBRO 2021			
Financiamentos obtidos:			
- empréstimos bancários	2.193.839,70	3.821.720,42	6.789.924,28
- descobertos bancários	-	-	-
- outros financiamentos	-	-	-
Fornecedores e Outras contas a pagar	4.565.452,26	5.705.748,01	30.770.874,41
	6.759.291,96	9.527.468,42	37.560.798,69

IV) Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem impacto no serviço da dívida contratada. Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro variáveis.

Análise de sensibilidade dos gastos financeiros a variações na taxa de juro:

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base nos financiamentos obtidos da Empresa, com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021.

31 de dezembro de 2022:

Em 2022, esta análise não terá qualquer impacto, uma vez que o único empréstimo existente à taxa de juro variável ficou totalmente liquidado a 31 de dezembro de 2022.

31 de dezembro de 2021:

Tendo por referência a dívida referente aos financiamentos obtidos da Entidade em 31 de dezembro de 2021, um acréscimo de 0,1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos gastos financeiros líquidos anuais de 806,59 euros.

A variação elevada em comparação com o ano anterior deve-se ao facto de a Entidade ter realizado uma renegociação dos contratos de empréstimo existentes, alterando as taxas de juros dos mesmos, para uma modalidade fixa.

4.2 GESTÃO DO RISCO DE CAPITAL

O objetivo da Entidade em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital otimizada, através da utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento em subsidiárias.

Em 2022, o gearing sofreu uma diminuição, dado que em 2021 o valor tinha sido mais alto, por terem sido adotados mecanismos para combater os resultados derivados da Pandemia.

Os rácios de gearing em 31 de dezembro de 2022 e 2021 eram os seguintes:

	31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
Empréstimos totais (Nota 20)	9.710.498,22	11.708.870,46
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 17)	5.985.893,40	1.012.591,18
Dívida líquida	3.724.604,82	10.696.279,28
Capitais próprios	5.782.660,20	1.245.974,61
Capital Total	9.507.265,02	11.942.253,89
Gearing	39%	90%

5. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Entidade são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os

julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

JULGAMENTOS

5.1 CLASSIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Tal como referido na Nota 1, a Empresa tem atribuído um Contrato de concessão de serviço público para a exploração e administração do “Oceanário de Lisboa”. No âmbito da aplicação das IFRS, existe uma interpretação, a IFRIC 12 – ‘Contratos de concessão de serviço’, que determina a contabilização dos investimentos efetuados e responsabilidades assumidas no âmbito da concessão quando determinadas condições estão cumpridas cumulativamente:

- a)** o contrato tem por objeto a prestação de um serviço público;
- b)** o concedente controla ou regula quais os serviços a prestar, a quem são prestados e porque preço; e
- c)** o concedente controla qualquer interesse residual significativo na infraestrutura.

Da avaliação efetuada pela gestão conclui-se que: i) apesar do contrato ser denominado como serviço público, a exploração do “Oceanário de Lisboa” constitui uma atividade lúdica não correspondendo à prestação de um serviço essencial à subsistência dos cidadãos nas condições sociais existentes, tal como previsto na IFRIC 12. Para além disso também se verifica que o Estado Português não exerce qualquer controlo direto ou indireto sobre os preços praticados pela Empresa.

Desta forma a gestão conclui que os princípios subjacentes à aplicação da IFRIC 12 não se aplica ao contrato de concessão negociado com o Estado Português.

5.2 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS ASSUMIDAS

No âmbito do contrato de concessão de serviço público para a exploração e administração do “Oceanário de Lisboa” é atribuída à Empresa a responsabilidade pela “realização de todos os investimentos de substituição dos bens afetos à concessão que sejam necessários ou convenientes de acordo com a vida útil destes mesmos bens, as boas práticas e o cumprimento dos padrões de desempenho, de qualidade e de segurança exigidos nos termos do contrato de concessão”.

A gestão efetuou a sua avaliação sobre se estas condições contratuais constituem uma obrigação contratual a registar no início do contrato de concessão como uma provisão por contrapartida do ativo intangível e concluiu que contrato de concessão de exploração e administração, não cumpre com as condições para o classificar como um contrato de serviço de concessão no âmbito da IFRIC 12 - Acordos de concessão de

serviços, e consequentemente o tratamento contabilístico que lhe está subjacente, nomeadamente pelos seguintes motivos:

- I) O Oceanário de Lisboa tem a liberdade de fixar os preços do serviço que presta e o preço que pratica inclui a recuperação do investimento efetuado em bens de substituição;
- II) A responsabilidade de substituição de bens da concessão não ocorre apenas no final do contrato, mas ao longo da concessão e sempre que seja necessário manter/repor a qualidade e a segurança do serviço prestar; e
- III) O Oceanário de Lisboa tem direito a receber o Valor Líquido Contabilístico que estes ativos tiverem no final da concessão.

5.3 CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS - PEIXES/ANIMAIS

No âmbito do contrato de concessão, foi concedido à Empresa, para a prestação do serviço público, o acesso a determinados animais nos termos do capítulo IV do contrato da concessão, os quais constituem ativos do Concedente.

Relativamente aos animais adquiridos pela Empresa após a data de concessão, verificando-se não ser o objetivo da Empresa a produção de animais e algas para a posterior venda, mas sim a sua exposição nos aquários e nas exposições permanentes, a gestão considera que estes não devem ser classificados como ativos biológicos, mas sim como ativos fixos tangíveis nos casos em que se considere que a respetiva vida útil é superior a 12 meses.

Atendendo à materialidade dos montantes envolvidos, dimensão física dos animais, tipo de espécie e respetiva longevidade média determinada pelos biólogos da Empresa, tendo por base as condições dos aquários, da longevidade média das espécies, e o histórico existente desde 1998, a gestão decidiu registar os montantes despendidos como gastos do período.

5.4 EXERCÍCIO DE INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

A Empresa detém um interesse na Telecabine de Lisboa, Lda. A Empresa exerce influência significativa sobre esta entidade, dado que a sua participação de 25 % lhe permite nomear um gerente.

Na sequência da pandemia, a Telecabine Lisboa, Lda. implementou medidas para proteger os seus colaboradores e para minimizar eventuais impactos na operação. Consideramos que a empresa tem capacidade financeira suficiente para cumprir com as suas responsabilidades de curto prazo, assim como consideramos não existir risco na continuidade das operações uma vez que a empresa opera sob um contrato de concessão.

ESTIMATIVAS

5.5 ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/ amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

5.6 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

As revisões de declarações fiscais efetuadas pela Autoridade Tributária podem levar ao reconhecimento de passivos respeitantes a pagamentos adicionais de impostos, incluindo juros e outras penalidades. Tais revisões podem implicar impactos ao nível do imposto sobre o rendimento, e provisões para impostos, nos períodos contabilísticos em que as mesmas ocorrem.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para todos os prejuízos recuperáveis, na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário ter em conta os seguintes fatores, por parte da Administração, para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos:

- | A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis; e
- | As estratégias de planeamento fiscal futuro definidas pelo Conselho de Administração

6. ATIVOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os movimentos registados nas rubricas dos ativos tangíveis foram como segue:

	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS EM CURSO	TOTAL
1 JANEIRO 2022							
Custo de aquisição	8.013.986,32	6.762.982,12	179.529,28	1.478.181,02	641.084,72	295.063,99	17.370.827,45
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	[4.237.880,24]	[4.041.187,09]	[149.173,55]	[1.019.584,82]	[488.120,41]	-	[9.935.946,11]
Valor inicial	3.776.106,08	2.721.795,03	30.355,73	458.596,20	152.964,31	295.063,99	7.434.881,34
MOVIMENTO 2022							
Adições	245.661,59	77.819,23	-	51.007,91	13.057,12	191.346,02	578.891,87
Transferências e abates	8.358,89	-	-	-	-	[8.358,89]	-
Imparidade - exercício	-	-	-	-	-	[39.500,00]	[39.500,00]
Depreciação - exercício	[653.602,55]	[627.055,13]	[12.704,92]	[110.537,74]	[52.340,43]	-	[1.456.240,77]
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-
Valor final	3.376.524,01	2.172.559,13	17.650,81	399.066,37	113.681,00	438.551,12	6.518.032,44
31 DEZEMBRO 2022							
Custo de aquisição	8.268.006,80	6.840.801,35	179.529,28	1.529.188,93	654.141,84	478.051,12	17.949.719,32
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	[39.500,00]	[39.500,00]
Depreciações acumuladas	[4.891.482,79]	[4.668.242,22]	[161.878,47]	[1.130.122,56]	[540.460,84]	-	[11.392.186,88]
Valor final	3.376.524,01	2.172.559,13	17.650,81	399.066,37	113.681,00	438.551,12	6.518.032,44

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os movimentos registados nas rubricas dos ativos tangíveis foram como segue:

	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS EM CURSO	TOTAL
1 JANEIRO 2021							
Custo de aquisição	7.987.431,32	6.718.134,17	179.529,28	1.471.751,69	636.999,35	332.114,55	17.325.960,36
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	[3.570.931,52]	[3.429.147,07]	[132.414,67]	[923.595,62]	[434.919,13]	-	[8.491.008,01]
Valor inicial	4.416.499,80	3.288.987,10	47.114,61	548.156,07	202.080,22	332.114,55	8.834.952,35

MOVIMENTO 2021

Adições	16.555,00	49.509,29	-	23.399,17	5.987,26	-	95.450,72
Transferências e abates	10.000,00	(4.661,34)	-	(16.969,84)	(1.901,89)	(37.050,56)	(50.583,63)
Depreciação - exercício	(666.948,72)	(600.328,68)	(16.758,88)	(80.705,29)	(51.424,77)	-	(1.416.166,34)
Depreciação - regularizações	-	(11.711,34)	-	(15.283,91)	(1.776,51)	-	(28.771,76)
Valor final	3.776.106,08	2.721.795,03	30.355,73	458.596,20	152.964,31	295.063,99	7.434.881,34

31 DEZEMBRO 2021

Custo de aquisição	8.013.986,32	6.762.982,12	179.529,28	1.478.181,02	641.084,72	295.063,99	17.370.827,45
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(4.237.880,24)	(4.041.187,09)	(149.173,55)	(1.019.584,82)	(488.120,41)	-	(9.935.946,11)
Valor final	3.776.106,08	2.721.795,03	30.355,73	458.596,20	152.964,31	295.063,99	7.434.881,34

Os ativos tangíveis compreendem as obras nos edifícios, o equipamento básico necessário ao funcionamento do oceanário e edifício do mar, o equipamento administrativo e de transporte.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos em curso” referem-se ao seguinte:

2022

| Obras de reparação/instalação nos edifícios e que se encontram a decorrer.

2021

| Obras de reparação/instalação nos edifícios e que se encontram a decorrer.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/(reversões) de depreciações e amortizações” da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral pela sua totalidade.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

A evolução registada para na rubrica de ativos intangíveis para os períodos apresentados é como segue:

	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS COMPUTADOR	DIREITOS DE CONCESSÃO	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	DIREITOS DE USO	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
A 1 JANEIRO 2022							
Custo de aquisição	148.064,08	322.488,24	39.803.619,41	235.847,40	69.320,09	155.000,00	40.734.339,22
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(147.947,22)	(229.220,88)	(8.649.700,75)	(205.813,25)	(66.791,05)	-	(9.299.473,15)
Valor inicial	116,86	93.267,36	31.153.918,66	30.034,15	2.529,04	155.000,00	31.434.866,07
Adições	-	60.188,00	-	7.124,67	89.959,36	2.250,00	159.522,03
Imparidade - exercício	-	-	-	-	-	(4.000,00)	(4.000,00)
Amortização - exercício	(116,86)	(53.862,65)	(1.326.453,97)	(5.312,90)	(39.817,33)	-	(1.425.563,71)
Valor final	-	99.592,71	29.827.464,69	27.845,92	52.671,07	153.250,00	30.164.824,39
31 DEZEMBRO 2022							
Custo de aquisição	148.064,08	382.676,24	39.803.619,41	242.972,07	159.279,45	157.250,00	40.893.861,25
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	(4.000,00)	(4.000,00)
Amortizações acumuladas	(148.064,08)	(283.083,53)	(9.976.154,72)	(211.126,15)	(106.608,38)	-	(10.725.036,86)
Valor final	-	99.592,71	29.827.464,69	27.845,92	52.671,07	153.250,00	30.164.824,39
A 1 JANEIRO 2021							
Custo de aquisição	148.064,08	248.750,24	39.803.619,41	215.847,40	69.320,09	155.000,00	40.640.601,22
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(147.247,29)	(198.088,84)	(7.323.246,84)	(194.417,57)	(40.733,04)	-	(7.903.733,58)
Valor inicial	816,79	50.661,40	32.480.372,57	21.429,83	28.587,05	155.000,00	32.736.867,64
Adições	-	73.738,00	-	-	-	22.260,00	95.998,00
Transferências e abates	-	-	-	20.000,00	-	(22.260,00)	(2.260,00)
Amortização - exercício	(699,93)	(31.132,04)	(1.326.453,91)	(11.395,68)	(26.058,01)	-	(1.395.739,57)
Valor final	116,86	93.267,36	31.153.918,66	30.034,15	2.529,04	155.000,00	31.434.866,07
31 DEZEMBRO 2021							
Custo de aquisição	148.064,08	322.488,24	39.803.619,41	235.847,40	69.320,09	155.000,00	40.734.339,22
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(147.947,22)	(229.220,88)	(8.649.700,75)	(205.813,25)	(66.791,05)	-	(9.299.473,15)
Valor final	116,86	93.267,36	31.153.918,66	30.034,15	2.529,04	155.000,00	31.434.866,07

I) Direito de concessão – o valor registado nesta rubrica refere-se ao valor presente do preço de aquisição que a Empresa se comprometeu a pagar ao Estado Português, na sequência da celebração do contrato de concessão. Este valor foi reexpresso com referência a junho de 2015, de forma a incorporar a responsabilidade assumida pelo pagamento de uma renda fixa atualizada pelo IPC ao concedente durante um período de 30 anos.

II) Ativos intangíveis em curso – referem-se essencialmente a projetos de arquitetura.

8. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

O detalhe dos movimentos registados em 2022 e 2021, relativamente aos investimentos em associadas, é como segue:

	2022	2021
1 JANEIRO	653.877,20	585.272,60
Ganhos/(Perdas) por equivalência patrimonial	464.753,93	68.604,60
Distribuição de Dividendos	(47.805,16)	-
31 DEZEMBRO	1.070.825,97	653.877,20

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os investimentos em associadas referem-se ao investimento na Telecabine de Lisboa, Lda., conforme segue:

31 DEZ 2022									
Designação	Atividade	Pais de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Participação financeira	Perda imparidade	Prestações suplementares/ acessórias	Total investimento	Goodwill incluído	
Telecabine	49310	Passeio das Tágides, Estação Norte 1990-280 Lisboa	25%	1.070.825,97	-	-	1.070.825,97	291.698,38	
				1.070.825,97	-	-	1.070.825,97	291.698,38	
31 DEZ 2021									
Designação	Atividade	Pais de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Participação financeira	Perda imparidade	Prestações suplementares/ acessórias	Total investimento	Goodwill incluído	
Telecabine	49310	Passeio das Tágides, Estação Norte 1990-280 Lisboa	25%	653.877,20	-	-	653.877,20	291.698,38	
				653.877,20	-	-	653.877,20	291.698,38	

Os ativos e passivos, os rendimentos e gastos gerados no exercício, conforme reconhecidos nas demonstrações financeiras da Telecabine, são como se segue:

	31 DEZ 2022	31 MAR 2022	31 DEZ 2021	31 MAR 2021
	TELECABINE	TELECABINE	TELECABINE	TELECABINE
Ativos				
Não correntes	427.867,88	466.954,38	451.966,05	209.365,74
Correntes	3.561.099,31	1.587.711,43	1.658.199,28	976.190,85
	3.988.967,19	2.054.665,81	2.110.165,33	1.185.556,59
Passivos				
Não correntes	-	-	-	-
Correntes	872.456,83	428.063,68	661.414,11	157.870,99
	872.456,83	428.063,68	661.414,11	157.870,99
Capital Próprio				
	3.116.510,36	1.626.602,13	1.448.751,22	1.027.685,60
	3.116.510,36	1.626.602,13	1.448.751,22	1.027.685,60

	2022	2021
	TELECABINE	TELECABINE
Atividade no ano	ABR-DEZ	ABR-DEZ
Rendimentos	3.358.172,93	1.340.246,74
Gastos	(1.170.251,37)	(797.584,78)
Imposto s/ rendimento	(511.411,20)	(121.596,34)
Resultado líquido	1.676.510,36	421.065,62
Outros rendimentos integrais	-	-
Rendimentos integrais totais	1.676.510,36	421.065,62

A reconciliação da informação financeira selecionada com o valor contabilístico dos investimentos em associadas é como segue:

	2022	2021
	TELECABINE	TELECABINE
Capital Social	1.200.000,00	1.200.000,00
Resultado Líquido	1.676.510,36	421.065,62
Reservas legais	240.000,00	240.000,00
Resultados transitados	-	(412.314,40)
Ativos líquidos a 31 de dezembro	3.116.510,36	1.448.751,22
% participação	25,00%	25,00%
Participação financeira nas associadas	779.127,59	362.178,82
Goodwill	291.698,38	291.698,38
Valor líquido apurado	1.070.825,97	653.877,20
Valor líquido contabilístico*	1.070.825,97	653.877,20

A atividade do ano, apresentada no quadro anterior, refere-se ao período de abril a dezembro da Telecabine, no entanto os resultados usados para efeitos de apropriação do método da equivalência patrimonial na Entidade referem-se ao período de 12 meses, de janeiro a dezembro.

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

As categorias de ativos e passivos financeiros definidas de acordo com as categorias da IFRS 9 foram alocadas da seguinte forma:

31 DEZ 2022	CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS/ PASSIVOS AO JUSTO VALOR POR VIA RESULTADOS	ATIVOS/PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	5.985.893,40	-	-	5.985.893,40
Clientes	622.379,94	-	-	622.379,94
Outras contas a receber	1.361.850,42	-	-	1.361.850,42
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	23.044,21	-	23.044,21
Total ativos financeiros	7.970.123,76	23.044,21	-	7.993.167,97
Outros ativos não financeiros	-	-	39.630.209,01	39.630.209,01
Total ativo	7.970.123,76	23.044,21	39.630.209,01	47.623.376,98
Passivos				
Financiamentos obtidos	9.710.498,22	-	-	9.710.498,22
Fornecedores	1.124.688,45	-	-	1.124.688,45
Outras contas a pagar	30.691.144,76	-	-	30.691.144,76
Imposto sobre o rendimento	314.385,35	-	-	314.385,35
Total passivos financeiros	41.840.716,78	-	-	41.840.716,78
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-
Total passivo	41.840.716,78	-	-	41.840.716,78

31 DEZ 2021	CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS/ PASSIVOS AO JUSTO VALOR POR VIA RESULTADOS	ATIVOS/PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.012.591,18	-	-	1.012.591,18
Clientes	333.952,99	-	-	333.952,99
Outras contas a receber	310.826,26	-	-	310.826,26
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	18.998,35	-	18.998,35
Total ativos financeiros	1.657.370,43	18.998,35	-	1.676.368,78
Outros ativos não financeiros	-	-	42.095.491,51	42.095.491,51
Total ativo	1.657.370,43	18.998,35	42.095.491,51	43.771.860,29
Passivos				
Financiamentos obtidos	11.708.870,46	-	-	11.708.870,46
Fornecedores	1.671.289,63	-	-	1.671.289,63
Outras contas a pagar	29.142.602,59	-	-	29.142.602,59
Imposto sobre o rendimento	3.123,00	-	-	3.123,00
Total passivos financeiros	42.525.885,68	-	-	42.525.885,68
Outros passivos financeiros	-	-	-	-
Total passivo	42.525.885,68	-	-	42.525.885,68

10. JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

31 DEZEMBRO 2022	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	23.044,21	-	-	23.044,21
	23.044,21	-	-	23.044,21
31 DEZEMBRO 2021				
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	18.998,35	-	-	18.998,35
	18.998,35	-	-	18.998,35

Estes montantes, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, referem-se aos valores pagos para o fundo de compensação do trabalho (FCT) ao abrigo da Lei 70/2013 de 30 de agosto.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como se segue:

	31 DEZ 2022			31 DEZ 2021		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Acréscimos de rendimentos i)	37.974,67	-	37.974,67	5.004,18	-	5.004,18
Estado e outros entes públicos ii)	97.672,99	-	97.672,99	132.335,27	-	132.335,27
Diferimentos ativos iii)	53.582,16	28.889,33	82.471,49	49.933,18	28.889,33	78.822,51
Outros devedores iv)	768.014,95	-	768.014,95	13.312,14	-	13.312,14
Adiantamento a fornecedores	375.716,32	-	375.716,32	81.352,16	-	81.352,16
	1.332.961,09	28.889,33	1.361.850,42	281.936,93	28.889,33	310.826,26
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	1.332.961,09	28.889,33	1.361.850,42	281.936,93	28.889,33	310.826,26

I) Acréscimos de rendimentos – o detalhe desta sub-rubrica é como segue:

	31 DEZ 2022			31 DEZ 2021		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Juros a Receber	5.322,62	-	5.322,62	-	-	-
Outros Rendimentos	32.652,05	-	32.652,05	5.004,18	-	5.004,18
Acréscimos de rendimentos	37.974,67	-	37.974,67	5.004,18	-	5.004,18

II) Estado e outros entes públicos – nesta rubrica são registados os saldos de tributos a receber / a recuperar junto do Estado. O detalhe desta sub-rubrica é como se segue:

	31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
IVA	97.672,99	132.335,27
Estado e outros entes públicos	97.672,99	132.335,27

III) Diferimentos ativos – a decomposição dos diferimentos ativos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	31 DEZ 2022			31 DEZ 2021		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Gastos com fornecimentos e serviços externos	45.026,56	28.889,33	73.915,89	49.933,18	28.889,33	78.822,51
Gastos com o Pessoal	8.555,60	-	8.555,60	-	-	-
Diferimentos ativos	53.582,16	28.889,33	82.471,49	49.933,18	28.889,33	78.822,51

IV) Outros devedores – a decomposição dos outros devedores a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	31 DEZ 2022			31 DEZ 2021		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Outros devedores - Grupo	750.000,00	-	750.000,00	-	-	-
Outros devedores - Não Grupo	18.014,95	-	18.014,95	13.312,14	-	13.312,14
Outros devedores	768.014,95	-	768.014,95	13.312,14	-	13.312,14

O montante de 750.000 euros de outros devedores – Grupo, em 31 de dezembro de 2022 refere-se a um empréstimo concedido à acionista Fundação Oceano Azul, no valor de 750.000 euros, o qual vence juros à taxa Euribor 12M + 1,25% e tem uma maturidade até 2 anos, com vencimento até 30 de setembro de 2024. O Conselho de Administração tem a expectativa de liquidar aquele empréstimo concedido no decorrer de 2023, motivo pelo qual apresenta esta conta a receber no ativo corrente.

Comparativamente ao exercício findo a 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Outras contas a receber” a 31 de dezembro de 2022 apresenta um aumento de cerca de 1.051M euros. Esta flutuação deve-se essencialmente pelo empréstimo concedido acima mencionado e também com um aumento de adiantamentos a fornecedores.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, não estavam reconhecidas quaisquer perdas por imparidade sobre os saldos a receber de terceiros.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

12. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor bruto.

Os montantes de imposto sobre o rendimento corrente e diferido registados no exercício de 2022 e 2021, são como segue:

	2022	2021
Demonstração dos Resultados		
Imposto diferido	(1.033.026,24)	796.270,62
imposto corrente	(475.693,47)	(284,45)
	(1.508.719,71)	795.986,17

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	2022	2021
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	(1.033.026,24)	796.270,62
Ativos por impostos diferidos	-	-
Impacto líquido dos impostos diferidos	(1.033.026,24)	796.270,62

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Diferenças temporárias dedutíveis Prejuízos Fiscais	Total
A 1 de janeiro de 2022	2.342.210,13	2.342.210,13
Período findo em 31 de dezembro		
Reversão por resultados	(1.033.026,24)	(1.033.026,24)
Movimento do período	(1.033.026,24)	(1.033.026,24)
A 31 de dezembro de 2022	1.309.183,89	1.309.183,89

	Diferenças temporárias dedutíveis Prejuízos Fiscais	Total
A 1 de janeiro de 2021	1.545.939,51	1.545.939,51
Período findo em 31 de dezembro		
Reversão por resultados	-	-
Constituição por resultados	796.270,62	796.270,62
Movimento do período	796.270,62	796.270,62
A 31 de dezembro de 2021	2.342.210,13	2.342.210,13

13. INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários, à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, é o seguinte:

	31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
Mercadorias	567.342,32	229.656,77
Imparidade de inventários	-	-
Total inventários	567.342,32	229.656,77

As mercadorias detidas pela Empresa, referem-se a artigos para venda na loja do Oceanário de Lisboa.

Comparativamente ao exercício findo a 31 de dezembro de 2021, a rubrica a 31 de dezembro de 2022, evidência um aumento significativo, devido à normalização da atividade do Oceanário após o período de 2 anos vividos em crise pandémica.

O custo dos inventários reconhecidos em resultados do exercício em 2022 e 2021, incluídos na linha “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, ascendeu a 685.670,79 euros e 336.834,35 euros, respetivamente.

14. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados da Empresa correspondem às contribuições efetuadas para o Fundo de Compensação de Trabalho (“FCT”).

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor posteriores registadas em resultados do exercício.

Os movimentos registados na rubrica de ativos financeiros ao justo valor através de resultados apresentados como segue:

	2022	2021
A 1 de janeiro	18.998,35	13.464,74
Dotações	5.347,47	5.237,86
Variações de justo valor	(1.301,61)	295,75
Utilizações	-	-
A 31 de dezembro	23.044,21	18.998,35

15. CLIENTES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	31 DEZ 2022			31 DEZ 2021		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Clientes - Grupo	178.146,53	-	178.146,53	109.742,84	-	109.742,84
Clientes - Não-grupo	444.233,41	-	444.233,41	224.210,15	-	224.210,15
	622.379,94	-	622.379,94	333.952,99	-	333.952,99
Imparidade Clientes	-	-	-	-	-	-
Total Clientes	622.379,94	-	622.379,94	333.952,99	-	333.952,99

No final do exercício de 2021, não se verificou nenhum montante em aberto na rubrica de perdas de imparidade, não se tendo verificado, para o exercício de 2022, quaisquer variações.

Não se verificaram saldos vencidos com imparidade para os períodos apresentados.

A antiguidade dos saldos vencidos sem imparidade para os períodos apresentados é a seguinte:

	2022	2021
Saldos vencidos sem imparidade		
não vencidos	421.267,50	265.816,19
até 6 meses	191.217,49	54.669,77
de 6 a 12 meses	9.894,95	1.705,16
de 12 a 18 meses	-	4.640,82
de 18 a 24 meses	-	7.121,05
Total	622.379,94	333.952,99

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

Foi revisto o modelo de imparidade, com base no que é o “forward looking” definido pela IFRS 9 e não existe a esta data a necessidade do reconhecimento de perdas por imparidade na rubrica de outras contas a receber ou clientes.

16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO A RECEBER/ A PAGAR

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento corrente são como segue:

	31 DEZ 2022		31 DEZ 2021	
	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR
Imposto s/ rendimento - IRC	-	314.385,35	-	3.123,00
	-	314.385,35	-	3.123,00

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2022	2021
Imposto Corrente		
Retenções na fonte	30.165,16	9.730,34
Estimativa de IRC	(344.550,51)	(12.853,34)
Total	(314.385,35)	(3.123,00)

Para o ano de 2022 e 2021 não existiu lugar ao pagamento de Pagamentos por Conta e, no caso dos Pagamentos Adicionais por Conta, os mesmos não se aplicaram uma vez que a Entidade não atingiu um lucro tributável superior a 1.500.000 euros relativo ao período de tributação anterior correspondente.

17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
Caixa	38.850,01	31.849,97
Depósitos bancários	5.947.043,39	980.741,21
Caixa e equivalentes de caixa	5.985.893,40	1.012.591,18

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
Caixa	38.850,01	31.849,97
Depósitos bancários	5.947.043,39	980.741,21
Caixa e equivalentes de caixa (Ativo)	5.985.893,40	1.012.591,18
Descobertos bancários	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (Passivo)	-	-
	5.985.893,40	1.012.591,18

18. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 200.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	NÚMERO DE AÇÕES	CAPITAL SOCIAL
Capital Social	200.000,00	1.000.000,00
	200.000,00	1.000.000,00

O Capital da Oceanário de Lisboa, SA é detido na totalidade pela Fundação Oceano Azul.

19. RESERVAS LEGAIS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reservas legais

De acordo com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social. A reserva legal não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do Código das Sociedades Comerciais). A reserva legal da Empresa encontra-se totalmente constituída.

Resultados transitados

Os resultados líquidos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 nos montantes de [2.723.187,14] euros e [5.117.872,88] euros, respetivamente, foram totalmente transferidos para a rubrica de resultados transi-

tados de acordo com as deliberações tomadas nas reuniões de Assembleia Geral em 31 de março de 2022 e 31 de maio de 2021.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidas em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando sejam realizados. A legislação vigente em Portugal estabelece ainda que a diferença entre o resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial e o montante de dividendos pagos ou deliberados referentes às mesmas participações seja equiparada a reservas legais.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante apropriado pelo método de equivalência patrimonial e ainda não realizado corresponde a ganhos acumulados no montante de 419.128,00 euros e que corresponde à proporção dos resultados do ano de 2022 da Telecabine atribuíveis à Empresa.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante apropriado pelo método de equivalência patrimonial e ainda não realizado corresponde a ganhos acumulados no montante de 2.188,00 euros e que corresponde à proporção dos resultados do ano de 2021 da Telecabine atribuíveis à Empresa

20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

A classificação dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	31 DEZ 2022			31 DEZ 2021		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Empréstimos bancários i)						
Santander Totta	496.026,72	9.214.471,50	9.710.498,22	1.248.372,25	9.710.498,21	10.958.870,46
Financiamentos entre empresas do grupo ii)						
Fundação Oceano Azul	-	-	-	750.000,00	-	750.000,00
	496.026,72	9.214.471,50	9.710.498,22	1.998.372,25	9.710.498,21	11.708.870,46

i) O empréstimo bancário foi contraído junto do SantanderTotta, a 28 de setembro de 2015, no montante inicial de 10.000.000,00 euros, com o prazo de 12 anos, vencendo juros às taxas de Euribor 6M e spread 2,75%, necessário para o cumprimento do pagamento inicial, contrapartida financeira prevista no contrato de concessão celebrado com o Estado Português

Adicionalmente a Empresa aderiu a uma linha de crédito a curto prazo no montante de 3.000.000,00 euros, o qual foi utilizado durante ao ano 2020, com prazo de 12 meses, vencendo juros às taxas de Euribor 12M e spread 1,50%.

Durante o 1º semestre de 2021, a dívida bancária existente naquela data, no montante de 9.972.022,00 euros, foi renegociada passando a ser, essencialmente, de médio e longo prazo, com prestações semestrais, maturidade até 2031 e vencendo juros a uma taxa fixa de 1.59%. No mesmo processo de renegociação foi solicitada uma nova linha de crédito de curto prazo de 3.000.000,00 euros vencendo juros às taxas de Euribor 12M (floor zero) e spread 1.0% e cujo montante atualmente já foi totalmente utilizado.

II) Ainda no decorrer do primeiro semestre de 2021, o Oceanário de Lisboa recebeu do seu acionista único, a Fundação Oceano Azul, um empréstimo de curto prazo de 2.000.000,00 euros, tendo efetuado a liquidação do mesmo no montante de 1.250.000,00 euros ainda em 2021. Durante 2022, foi liquidado o montante remanescente de 750.000,00 euros.

EMPRÉSTIMOS

As maturidades dos financiamentos da Empresa são como segue:

	2022	2021
Até 1 ano	496.026,72	1.998.372,25
Entre 2 e 5 anos	3.742.449,27	3.239.006,00
Superior a 5 anos	5.472.022,23	6.471.492,21
	9.710.498,22	11.708.870,46

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	31 DEZ 2022			31 DEZ 2021		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Fornecedores de investimentos i)	1.968.612,70	25.644.812,85	27.613.425,55	1.585.419,01	26.227.889,45	27.813.308,46
Acréscimos de gastos ii)	2.772.633,16	-	2.772.633,16	1.157.309,35	-	1.157.309,35
Estado e outros entes públicos iii)	110.046,02	-	110.046,02	68.711,44	-	68.711,44
Adiantamento de Clientes	2.290,19	-	2.290,19	6.404,38	-	6.404,38
Diferimentos passivos iv)	54.508,23	-	54.508,23	56.619,47	-	56.619,47
Outras operações com o pessoal	198,08	-	198,08	92,48	-	92,48
Responsabilidades com locações	10.250,92	45.388,93	55.639,85	1.858,77	-	1.858,77
Outros credores	82.403,68	-	82.403,68	38.298,24	-	38.298,24
Outras dívidas a pagar	5.000.942,98	25.690.201,78	30.691.144,76	2.914.713,14	26.227.889,45	29.142.602,59

I) Fornecedores de investimentos – o saldo desta rubrica inclui o passivo financeiro associado à obrigação contratual de efetuar o pagamento de uma renda fixa atualizada pela inflação durante os 30 anos do contrato de concessão. O valor registado corresponde ao valor descontado das rendas a pagar considerando uma taxa de juro incremental que a Empresa obteria num financiamento para o mesmo prazo, valor e colateral.

Os movimentos registados nos exercícios de 2022 e 2021 relativamente ao passivo financeiro relacionado com o contrato de Concessão da Exploração e Administração do Aquário Oceanário de Lisboa, é como segue:

	VALOR
Saldo a 01/01/2021	28.230.772,20
Juro do período	716.074,56
Reembolso	(1.359.490,42)
Regularizações	16.677,28
Saldo a 31/12/2021	27.604.033,62
Juro do período	970.936,20
Reembolso	(1.414.439,97)
Regularizações	17.823,00
Saldo a 31/12/2022	27.178.352,85

II) Acréscimos de gastos – o detalhe desta sub-rubrica é como segue:

	31 DEZ 2022			31 DEZ 2021		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Gastos com o pessoal	854.829,32	-	854.829,32	361.541,83	-	361.541,83
Gastos fornecimentos e serviços externos	1.871.671,62	-	1.871.671,62	766.003,35	-	766.003,35
Outros gastos	46.132,22	-	46.132,22	29.764,17	-	29.764,17
Acréscimos de gastos	2.772.633,16	-	2.772.633,16	1.157.309,35	-	1.157.309,35

O aumento observado nesta rubrica deve-se ao facto do aumento da atividade corrente do Oceanário após o contexto de saúde pública vivido nos últimos 2 anos.

Em 31 de Dezembro de 2022, o montante de 854.892,32 euros, registado na rubrica “Credores por acréscimos de gastos - Gastos com pessoal” engloba o montante de férias e subsídio de férias a pagar em 2023, cujo direito foi adquirido pelos colaboradores em 2022, assim como o montante de gratificações de balanço a pagar em 2023 decorrente da performance da Sociedade e dos seus colaboradores no ano de 2022.

Em 31 de Dezembro de 2022, o montante de 1.871.671,62 euros, registado na rubrica “Credores por acréscimos de gastos - Gastos, fornecimentos e serviços externos” é referente a serviços prestados decorrentes da atividade do ODL em 2022, mas que só serão faturados em 2023. Este montante diz respeito maioritariamente, a acréscimos de gastos referentes a rendas e alugueres, trabalhos especializados e eletricidade.

III) Estado e outros entes públicos – a decomposição da rubrica do Estado e outros entes públicos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
	CORRENTE	CORRENTE
Retenções imposto sobre o rendimento	46.686,87	25.816,76
Contribuições para a segurança social	63.359,15	42.894,68
	110.046,02	68.711,44

IV) Diferimentos passivos – a decomposição dos diferimentos passivos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
	CORRENTE	CORRENTE
Outros rendimentos a reconhecer	54.508,23	56.619,47
Diferimentos passivos	54.508,23	56.619,47

Os valores reconhecidos como rendimentos a reconhecer referem-se a serviços faturados e ainda não prestados. De acordo com a nova IFRS 15, a 31 de dezembro de 2022, as vendas antecipadas perfazem o montante de 54.508,23 euros.

22. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de Fornecedores é como segue:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Fornecedores - Grupo	343.532,20	435.748,48
Fornecedores - Não-grupo	781.156,25	1.235.541,15
Total saldo fornecedores	1.124.688,45	1.671.289,63

O atual montante de dívida deve-se essencialmente ao atual contexto de saúde pública que temos vivido nos últimos 3 anos. Sendo que devemos salientar uma diminuição da mesma a 31 de dezembro de 2022, comparando com o ano transato.

23. DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Durante o período, findo a 31 de dezembro de 2022 foram imputadas ao rendimento o montante de 38.219,00 euros referentes a donativos de entidades terceiras. A 31 de dezembro de 2021 tinham sido imputados 38.974 euros.

24. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestação de serviços reconhecido na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em 2022 e 2021 é detalhado como segue:

	2022	2021
Vendas de Produtos		
Mercadorias	1.949.514,41	843.703,86
Sub-total	1.949.514,41	843.703,86
Prestação de Serviços		
Bilheteira	19.048.855,56	7.374.920,22
Patrocínios	100.000,00	100.000,00
Arrendamentos / Concessões	300.243,45	78.233,76
Aluguer de espaços	47.314,18	26.521,45
ACE / Sieocean	21.168,00	20.696,28
Débitos de custos incorridos	127.655,12	-
Outras prestações de serviços	39.416,76	450,71
Sub-total	19.684.653,07	7.600.822,42
Vendas e prestação de serviços	21.634.167,48	8.444.526,28

25. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em 2022 e 2021 é detalhado como segue:

	2022	2021
Existências iniciais	229.656,77	404.399,45
Compras	1.030.152,89	165.686,66
Regularização de existências	[6.796,55]	[3.594,99]
Existências finais	[567.342,32]	[229.656,77]
	685.670,79	336.834,35

26. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos incorridos nos exercícios de 2022 e 2021 é como segue:

	2022	2021
Trabalhos especializados	2.497.802,23	1.468.100,30
Publicidade e propaganda	330.250,98	236.570,76
Vigilância e segurança	287.502,20	247.026,99
Honorários	292.555,35	106.915,42
Comissões	242.115,16	89.991,90
Conservação e reparação	868.901,54	793.488,91
Materiais	18.714,51	6.771,62
Energia e fluídos	1.407.557,52	1.149.849,22
Deslocações, estadas e transportes	55.479,57	51.934,52
Rendas e alugueres	1.154.661,20	483.742,65
Comunicação	36.954,49	44.742,35
Seguros	70.310,62	76.352,60
Contencioso e notariado	398,03	80,00
Despesas de representação	19.799,62	5.448,50
Limpeza, higiene e conforto	427.964,87	344.482,05
Outros serviços	384.481,45	264.329,97
Fornecimentos e serviços externos	8.095.449,34	5.369.827,76

A rubrica de rendas e alugueres, a 31 de dezembro de 2022 e 2021 inclui o montante de 1.084.690,02 euros e 422.226,31 euros, respetivamente relativamente à contrapartida financeira variável de 5% sobre as receitas da concessão, nos termos do contrato.

27. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2022 e 2021, foram como segue:

	2022	2021
Remunerações		
Orgãos sociais	11.450,00	109.792,38
Pessoal	2.224.201,62	1.688.793,72
Sub-total	2.235.651,62	1.798.586,10
Outros encargos		
Indeminizações	139.022,71	27.864,20
Encargos sobre remunerações	367.053,60	403.492,85
Seguros de acidentes de trabalho	27.331,02	25.351,53
Gastos de ação social	3.000,00	1.650,00
Outros	278.950,46	138.265,92
Sub-total	812.357,79	596.624,50
Gastos com o pessoal	3.048.009,41	2.395.210,60

O número médio de empregados da Empresa em 2022 foi de 70 [2021: 73].

28. VARIAÇÕES DE JUSTO VALOR

A rubrica de variações de justo valor, no exercício de 2022 e 2021 no montante de [1.031,61] euros e 295,75 euros respetivamente, refere-se à atualização da valorização do Fundo de compensação de Trabalho ("FCT") (nota 14).

29. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de Outros rendimentos em 2022 e 2021 pode ser apresentada como segue:

	2022	2021
Outros rendimentos		
Diferenças de câmbio favoráveis	1.063,70	222,17
Correções de períodos anteriores	80.865,27	47.330,40
Outros não especificados	25.633,51	9.204,07
	107.562,48	56.756,64

30. OUTROS GASTOS

O detalhe da rubrica de Outros gastos em 2022 e 2021 é apresentado no quadro seguinte:

	2022	2021
Outros gastos		
Impostos	5.499,27	6.243,23
Abates de investimentos não financeiros	-	1.811,87
Donativos	67.465,00	53.042,38
Quotizações	26.619,80	29.562,41
Diferenças de câmbio desfavoráveis	570,39	658,07
Perdas em inventários	2.149,16	3.011,89
Outros não especificados	122.026,80	30.603,94
	224.330,42	124.933,79

31. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros em 2022 e 2021 é como segue:

	2022	2021
Gastos financeiros		
Juros suportados		
Empréstimos bancários	165.866,35	192.771,52
Empréstimos de empresas do Grupo	6.350,52	19.713,54
Outros gastos financeiros	1.052.337,29	819.589,59
	1.224.554,16	1.032.074,65
	2022	2021
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos		
Empréstimos a empresas do Grupo	5.322,62	-
	5.322,62	0,00

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 rubrica de “outros gastos financeiros” refere-se essencialmente ao efeito financeiro da atualização do passivo financeiro relativamente à componente fixa do contrato de concessão de serviço público de exploração e administração da “Oceanário de Lisboa” [ver condições na Nota 3.4] ini-

ciado em 9 de junho de 2015 por um período de 30 anos, celebrado com o Estado Português, no montante de 970.936,20 euros e 716.074,56, respetivamente.

32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento do exercício, reconhecido nos resultados de 2022 e 2021 é conforme segue:

	2022	2021
Imposto s/ rendimento corrente	475.693,47	284,45
Imposto s/ rendimento diferido	1.033.026,24	[796.270,62]
Imposto sobre o rendimento	1.508.719,71	(795.986,17)

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	2022	2021
Resultado antes de Imposto	6.045.405,30	[3.519.173,31]
Taxa de Imposto	21,00%	21,00%
	1.269.535,11	(739.026,40)
Gastos não dedutíveis	40.782,60	18.120,60
Anulação efeitos método equivalência patrimonial	[97.598,33]	[14.406,97]
Diferenças temporárias dedutíveis c/ imposto diferido	68.868,42	[53.093,95]
Benefícios fiscais	[131.807,64]	[7.706,67]
Tributação autónoma	14.782,61	12.853,34
Derrama	213.256,56	-
Insuficiência/excesso de estimativa IRC	131.142,96	[12.568,89]
Outros	[242,57]	[157,24]
	1.508.719,71	(795.986,17)
Imposto s/ rendimento corrente	475.693,47	284,45
Imposto s/ rendimento diferido	1.033.026,24	[796.270,62]
Imposto s/ rendimento	1.508.719,71	(795.986,17)
Taxa efetiva de imposto	25,0%	22,6%

A taxa de imposto utilizada na determinação do montante de imposto sobre o rendimento corrente é conforme segue:

	2022	2021
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual	3,00%	3,00%
	25,50%	25,50%

De acordo com a legislação, a taxa de derrama estadual é aplicável ao Lucro tributável acima de 1.500.000 euros.

A 31 de dezembro 2021, em resultado do contexto de saúde pública vivido, a Entidade apurou prejuízos fiscais estimados nos montantes de 3.538.936,52 euros, tendo sido calculado ativo por imposto diferido sobre os mesmos. Estima-se que sejam utilizados num prazo de 6 anos.

33. COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pela Entidade, à data do relato financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são como se segue:

33.1 OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DECORRENTES DO COMPROMISSO VARIÁVEL REFERENTE AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO AQUÁRIO OCEANÁRIO DE LISBOA

Na sequência da celebração do referido contrato de concessão adicionalmente ao pagamento do ativo intangível [ver notas 3.4 e 7], a Empresa assumiu a obrigação contratual de pagamento de uma contrapartida financeira variável calculada sobre 5% sobre as receitas da concessão, nomeadamente as receitas da bilheteira e outras atividades comerciais, participações em taxas ou outros tributos que a Empresa tenha direito por lei e juros ou remunerações de capitais e de aplicações financeiras efetuadas pela mesma.

Pelo facto de o seu cálculo ser variável, esta obrigação não está registada nas demonstrações financeiras da Empresa.

33.2 COMPROMISSOS COM LOCAÇÕES

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação em vigor à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021:

2021	< 1 ANO	1 - 5 ANOS	> 5 ANOS
Viaturas	2.219,21	-	-
	2.219,21	-	-

Em 2022, não foram considerados para o cálculo das rendas vincendas os contratos, em que, por aplicação da IFRS 16, o reconhecimento das locações no balanço da entidade passou a ser efetuado como um ativo não corrente, referente ao direito de uso do item locado, e como um passivo financeiro, pela obrigação de pagamento dos encargos à locadora.

Em 2021, foram consideradas as rendas dos contratos de aluguer de viaturas que não sofreram a aplicação da IFRS 16, derivado do prazo dos respetivos contratos.

34. CONTINGÊNCIAS

34.1 PASSIVOS CONTINGENTES

A Entidade tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

BENEFICIÁRIO	OBJETO	INÍCIO	2021	2020
Estado Português	Contrato de Concessão	28-09-2015	2.000.000,00	2.000.000,00
			2.000.000,00	2.000.000,00

A Empresa prestou uma garantia bancária no montante de 2.000.000 euros ao Estado Português, para garantir o cumprimento exato e pontual das suas obrigações legais e contratuais, incluindo as relativas a penalidades contratuais, no âmbito do contrato de concessão celebrado com o Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa não tinha quaisquer outros passivos contingentes para além dos apresentados no quadro acima.

34.2 GARANTIAS PRESTADAS POR TERCEIROS

A Entidade tem as seguintes garantias bancárias prestadas por terceiros, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2022	2021
Cerger	Obrigações Contratuais	08-02-2011	24.000,00	24.000,00
Engitetra	Obrigações Contratuais	31-01-2011	16.930,44	16.930,44
Prestibel	Obrigações Contratuais	09-11-2016	46.425,60	46.425,60
Saniambiente	Obrigações Contratuais	07-08-2012	-	29.773,58
Siemens	Obrigações Contratuais	16-01-2016	15.763,13	15.763,13
			103.119,17	132.892,75

34.3 ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa não tinha quaisquer ativos contingentes.

35. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Empresa é controlada pela Fundação Oceano Azul, que detém 100% do capital da Entidade.

REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Não existiram remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da Empresa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 [31 de dezembro de 2021: 98.392,38 euros].

REMUNERAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

A remuneração auferida pelo Fiscal Único ascendeu a 11.450,00 euros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 [31 de dezembro de 2021: 11.400,00 euros].

TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas

| Fundação Oceano Azul.

Partes relacionadas por via de acionistas

| Pingo Doce;

| Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE;

| Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, SA;

| Fundação Francisco Manuel dos Santos;

| Unilever Fima;

| Waterventures;

| Gallo Worldwide;

| MiMed - Cuidados de Saúde, S.A.

| FIMA DRESSINGS, Unipessoal LDA

| FIMA OLÁ - Produtos Alimentares, SA

| Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.

| SEA THE FT, S.A.

Associadas

| Telecabine de Lisboa, Lda.

Outras entidades - Participação ACE

| Sieocean.

(b) transações e saldos pendentes

I) Acionistas

Vendas e compras de serviços

Durante o exercício, a Empresa efetuou as seguintes transações com a acionista:

RENDIMENTOS	2022	2021
Rendimentos financeiros		
Fundação Oceano Azul	5.322,62	-
	5.322,62	-
RENDIMENTOS		
Serviços prestados/Outros rendimentos		
Fundação Oceano Azul	2.406,00	4.194,75
	2.406,00	4.194,75
GASTOS		
Compras de serviços/Outros gastos		
Fundação Oceano Azul	914,33	216,80
	914,33	216,80
Gastos financeiros		
Fundação Oceano Azul	6.350,52	19.713,54
	6.350,52	19.713,54

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2022 e 2021, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

SALDOS DEVEDORES	2022	2021
Clientes		
Fundação Oceano Azul	28.152,56	18.284,09
Outros créditos a receber		
Fundação Oceano Azul	5.322,62	-
Empréstimos Concedidos		
Fundação Oceano Azul	750.000,00	-
	783.475,18	18.284,09
SALDOS CREDITORES		
Empréstimos obtidos		
Fundação Oceano Azul	-	750.000,00
	-	750.000,00
Juros a pagar		
Fundação Oceano Azul	-	7.178,82
	-	7.178,82

ii) Partes relacionadas por via dos acionistas**Vendas e compras de serviços**

Durante o exercício, a Empresa efetuou as seguintes transações com as partes relacionada por via dos acionistas:

RENDIMENTOS	2022	2021
Serviços prestados/Outros rendimentos		
Pingo Doce	100.000,00	100.000,00
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	68.442,97	79.974,83
Fundação Francisco Manuel dos Santos	55.067,03	47.093,92
MiMed - Cuidados de Saúde	94.705,96	109.008,82
FIMA OLÁ - Produtos Alimentares	41.915,16	21.104,35
FIMA DRESSINGS, Unipessoal, Lda	40.039,61	-
SEA THE FT, S.A.	117.957,22	-
	518.127,95	357.181,92
GASTOS		
Compras de serviços/Outros gastos		
Pingo Doce	24.950,00	481,08
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	396.888,88	-
Unilever Fima	130.297,65	138.520,07
Gallo Worldwide	83.375,35	92.627,20
MiMed - Cuidados de Saúde	46.791,00	32.962,00
	682.302,88	264.590,35
Gastos Financeiros		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V	15.194,05	7.847,21
	15.194,05	7.847,21

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2022 e 2021, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

SALDOS DEVEDORES	2022	2021
Cientes		
Pingo Doce	61.500,00	-
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	20.657,45	33.543,09
Fundação Francisco Manuel dos Santos	11.750,34	9.810,56
MiMed - Cuidados de Saúde	19.734,38	19.963,11
FIMA DRESSINGS, Unipessoal Lda.	32.719,55	-
FIMA OLÁ - Produtos Alimentares	-	21.782,55
SEA THE FT, S.A.	12.934,15	-
	159.295,87	85.099,31
Outros créditos a receber		
Pingo Doce	-	781,08
Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.	16.681,47	-
	16.681,47	781,08
SALDOS CREDORES		
2022		
2021		
Fornecedores		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	185.140,04	-
Unilever Fima	47.458,51	189.129,54
Gallo Worldwide	34.200,67	99.018,94
	266.799,22	288.148,48
Outras dívidas a pagar		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.	22.739,45	7.847,21
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	211.748,84	-
Unilever Fima	-	781,08
	234.488,29	8.628,29

iii) Associadas**Vendas e compras de serviços**

Durante o exercício, a Empresa efetuou as seguintes transações com a Telecabine:

RENDIMENTOS	2022	2021
Serviços prestados / Outros Rendimentos		
Telecabine	6.008,80	7.445,71
	6.008,80	7.445,71
GASTOS		
Compras de serviços/Outros gastos		
Telecabine	820,76	-
	820,76	-

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2022 e 2021, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

SALDOS DEVEDORES	2022	2021
Cientes		
Telecabine	1.453,17	1.561,47
	1.453,17	1.561,47

IV) Outras entidades- Participação ACE**Vendas e compras de serviços**

Durante o exercício, a Empresa efetuou as seguintes transações com a Sieocean:

RENDIMENTOS	2022	2021
Serviços prestados/Outros rendimentos		
Sieocean	21.250,08	21.263,41
	21.250,08	21.263,41
GASTOS		
Compras de serviços/Outros gastos		
Sieocean	781.234,54	720.000,00
	781.234,54	720.000,00

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2022 e 2021, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

SALDOS DEVEDORES	2022	2021
Cientes		
Sieocean	2.179,08	4.797,97
	2.179,08	4.797,97
SALDOS CREDITORES	2022	2021
Fornecedores		
Sieocean	76.732,98	147.600,00
	76.732,98	147.600,00
Outras dívidas a pagar		
Sieocean	25.850,00	-
	25.850,00	147.600,00

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificam eventos subsequentes com impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração


Roberto Celso
 José Falcão
 Viana Estanque
 Z. PAA/S



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Oceanário de Lisboa, S.A. (a “Entidade”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 47.623.377 euros e um total de capital próprio de 5.782.660 euros, incluindo um resultado líquido de 4.536.686 euros), a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Oceanário de Lisboa, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

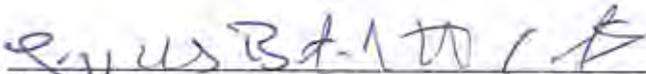
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de março de 2023.



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC

Registo na OROC n.º 992

Registo na CMVM n.º 20160607

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da
Oceanário de Lisboa, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Oceanário de Lisboa, S.A. ("Entidade") relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

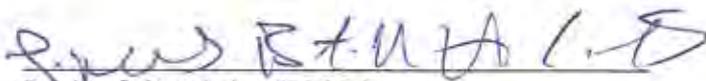
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2022 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 22 de março de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC

Registo na OROC n.º 992

Registo na CMVM n.º 20160607



"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões nas outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação: acesse a www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bem Sucesso Trade Center, Praça do Bem Sucesso, 61 - 13.º, 4150-146 Porto

2022

RELATÓRIO E CONTAS
OCEANÁRIO DE LISBOA

